

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL  
MESTRADO E DOUTORADO**

**ÁREA DE CONCENTRAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL**

Adriana Arnt Brito

**ATIVIDADE ECONÔMICA DA POPULAÇÃO COM 60 ANOS OU MAIS NO RIO  
GRANDE DO SUL E O IMPACTO SOBRE A COMPOSIÇÃO DAS RENDAS  
DOMICILIARES**

Santa Cruz do Sul, novembro de 2007

Adriana Arnt Brito

**ATIVIDADE ECONÔMICA DA POPULAÇÃO COM 60 ANOS OU MAIS NO RIO  
GRANDE DO SUL E O IMPACTO SOBRE A COMPOSIÇÃO DAS RENDAS  
DOMICILIARES**

Dissertação apresentada para o Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional - Mestrado e Doutorado. Área de Concentração em Desenvolvimento Regional, Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Regional.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Marília Ramos

Santa Cruz do Sul, novembro de 2007

*Dedico este trabalho aos meus pais e ao meu filho Pedro, por todo apoio,  
companheirismo, amizade e amor que sempre recebi.*

## **AGRADECIMENTOS**

À Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC, através do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional;

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e, em especial, à Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Marília Patta Ramos pelo exemplo de profissionalismo e competência e pela motivação e incentivo recebidos que foram de fundamental importância para realização deste trabalho;

À Profa Magali Grave, amiga e colega, Coordenadora do Curso de Fisioterapia do Centro Universitário – UNIVATES, pela compreensão e pelo auxílio nas horas de maiores dificuldades;

Aos amigos, principalmente à Gabriela, à Caroline e à Celina que de uma maneira ou de outra contribuíram para a realização deste trabalho;

À família, ao meu pai e à minha mãe, o apoio, o estímulo e o carinho.

*Todo jovem traz dentro de si o velho de amanhã.*

*(Simone de Beauvoir)*

## RESUMO

Este trabalho de pesquisa apresenta a participação das pessoas com 60 anos ou mais na população economicamente ativa e o seu impacto sobre a composição da renda média domiciliar per capita nas regiões e no Estado do Rio Grande do Sul. O recorte regional escolhido para apresentarmos as análises foi as mesorregiões do IBGE, em suas 7 mesorregiões. Outro objetivo do estudo foi verificar a associação entre o desenvolvimento econômico das mesorregiões e a participação das pessoas com 60 anos ou mais na população economicamente ativa. Comparou-se as taxas de participação das pessoas idosas em atividades econômicas e o impacto sobre as rendas domiciliares no Rio Grande do Sul e posteriormente em cada uma das mesorregiões. O PIB *per capita*, o tamanho da população, o IDHM, a taxa de urbanização e o Índice de Gini foram utilizados como variáveis de controle. O método de pesquisa deste estudo foi descritivo e explicativo, utilizamos dados quantitativos secundários tendo como fonte o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2000), a Fundação de Economia e Estatística (FEE, 2000) e o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2000). A unidade de análise de pesquisa é composta pelos 467 municípios do RS no ano de 2000. Ao analisarmos os dados, verificamos que o Rio Grande do Sul é o Estado do Brasil, com uma das maiores expectativas de vida ao nascer. Constatamos, através das análises de regressão, que a taxa de participação das pessoas com 60 anos ou mais na população economicamente ativa explica parcialmente em algumas mesorregiões a renda média domiciliar no Rio Grande do Sul.

Palavras-chave: população idosa, indicadores sócio-econômicos, renda domiciliar, diferenças regionais.

## ABSTRACT

This research presents an analysis about the participation of people who are 60 years or older in the economically active population and its impact on the composition of the per capita household average income, in Rio Grande do Sul State and its regions. The regional division chosen includes the mesoregions defined by the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE, 2000), which divided Rio Grande do Sul State in seven mesoregions. Another goal of this study was to verify the association between the economic development of the mesoregions and participation of people who are 60 years or older in the economically active population. A comparison was made between the rates of participation of elderly people and its impact on the households incomes in Rio Grande do Sul State, and, also, in each one of its mesoregions. The per capita Gross Intern Product, the Human Development Index, the urbanization rate and the Gini Index were used as control variables. Descriptive and explicative methods were applied in this study. Secondary data were used having as source the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE, 2000), the Foundation of Economics and Statistics (FEE, 2000) and the Institute of Applied Economic Research (IPEA, 2000). The unit of analysis is composed by the 467 counties of Rio Grande do Sul State in the year of 2000. It was found that Rio Grande do Sul is the State with one the highest life expectations on birth in Brazil. It was observed, through the regression analyses, that the rate of participation of people with 60 years or older in the population explains partially, and only in some mesoregions, the household average income.

Keywords: elderly population, economically active population, social and economic indicators, household income, regional differences.

## LISTA DE TABELAS

1 – Estatísticas descritivas das variáveis no RS e nas Mesorregiões .....	67
2 – Distribuições das variáveis no RS .....	68
3 – Distribuições das variáveis nas Mesorregiões do RS .....	69
4 – Matriz de correlação de Pearson entre as variáveis de estudo no RS .....	71
5 – Análise de regressão sobre a renda média domiciliar per capita no RS .....	73
6 – Matriz de correlação de Pearson entre as variáveis de estudo na Mesorregião Centro Ocidental Rio-Grandense .....	74
7 – Análise de regressão sobre a renda média domiciliar per capita na Mesorregião Centro Ocidental Rio-Grandense .....	75
8 – Matriz de correlação de Pearson entre as variáveis de estudo na Mesorregião Centro Oriental Rio-Grandense .....	76
9 – Análise de regressão sobre a renda média domiciliar per capita na Mesorregião Centro Oriental Rio-Grandense .....	77
10 – Matriz de correlação de Pearson entre as variáveis de estudo na Mesorregião Metropolitana de Porto Alegre .....	78
11 – Análise de regressão sobre a renda média domiciliar per capita na Mesorregião Metropolitana de Porto Alegre .....	79
12 – Matriz de correlação de Pearson entre as variáveis de estudo na Mesorregião Nordeste Rio-Grandense .....	80
13 – Análise de regressão sobre a renda média domiciliar per capita na Mesorregião Nordeste Rio-Grandense .....	81
14 – Matriz de correlação de Pearson entre as variáveis de estudo na Mesorregião Noroeste Rio-Grandense .....	82
15 – Análise de regressão sobre a renda média domiciliar per capita na Mesorregião Noroeste Rio-Grandense .....	83
16 – Matriz de correlação de Pearson entre as variáveis de estudo na Mesorregião Sudeste Rio-Grandense .....	84
17 – Análise de regressão sobre a renda média domiciliar per capita na Mesorregião Sudeste Rio-Grandense .....	85

18 – Matriz de correlação de Pearson entre as variáveis de estudo na Mesorregião Sudoeste Rio-Grandense .....	86
19 – Análise de regressão sobre a renda média domiciliar per capita na Mesorregião Sudoeste Rio-Grandense .....	87

## LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

COREDES	Conselhos Regionais de Desenvolvimento
Ej	Índice de educação
FAMURS	Federação das Associações dos Municípios do RS
FEE	Fundação de Economia e Estatística
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
Lj	Índice de Longevidade
ONU	Organização das Nações Unidas
PEA	População Economicamente Ativa
PIA	População em Idade Ativa
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
Rj	Índice de Renda
RS	Rio Grande do Sul
SPSS	Statistical Package for the Social Science

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	12
<b>1 REGIÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL</b> .....	17
1.1 Divisões Regionais do Rio Grande do Sul .....	23
1.2 Indicadores Sociais e Econômicos .....	25
1.2.1 Índice de Gini .....	27
1.2.2 Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDHM .....	28
1.2.3 PIB per Capita .....	30
1.2.4 Taxa de Urbanização .....	32
1.2.5 População Economicamente Ativa – PEA .....	33
<b>2 ENVELHECIMENTO POPULACIONAL</b> .....	35
2.1 Transição Demográfica .....	35
2.2 Expectativa de Vida no Rio Grande do Sul .....	40
2.3 Composição das Famílias no Rio Grande do Sul .....	43
<b>3 ATIVIDADE ECONÔMICA DAS PESSOAS COM 60 ANOS OU MAIS</b> .....	48
3.1 O Trabalho e o Envelhecimento Populacional .....	48
3.2 A participação das pessoas com 60 anos ou mais na população economicamente ativa – PEA .....	53
<b>4 ATIVIDADE ECONÔMICA DAS PESSOAS COM 60 ANOS OU MAIS NO RIO GRANDE DO SUL</b> .....	62
4.1 A realidade da participação da população idosa na renda domiciliar no RS .....	62
4.2 A Distribuição das Variáveis de Estudo no RS .....	67
4.3 O Impacto da participação dos idosos na renda domiciliar no RS .....	71
4.4 O Impacto da participação dos idosos renda domiciliar nas Mesorregiões do RS .....	73
4.4.1 O impacto da participação dos idosos na renda domiciliar na Mesorregião Centro Ocidental Rio-Grandense .....	73
4.4.2 O impacto da participação dos idosos na renda domiciliar na Mesorregião Centro Oriental Rio-Grandense .....	75
4.4.3 O impacto da participação dos idosos na renda domiciliar na Mesorregião Metropolitana de Porto Alegre .....	77
4.4.4 O impacto da participação dos idosos na renda domiciliar na Mesorregião Nordeste Rio-Grandense .....	79
4.4.5 O impacto da participação dos idosos na renda domiciliar na Mesorregião Noroeste Rio-Grandense .....	81
4.4.6 O impacto da participação dos idosos na renda domiciliar na Mesorregião Sudeste Rio-Grandense .....	83
4.4.7 O impacto da participação dos idosos na renda domiciliar na Mesorregião Sudoeste Rio-Grandense .....	85
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	88

<b>REFERÊNCIAS</b> .....	92
ANEXO A – Municípios que compõem as Mesorregiões – IBGE (2000) .....	96
ANEXO B – Mapa das Mesorregiões – IBGE (2000) .....	99
ANEXO C – “OUTPUTS” do software SPSS .....	100

## INTRODUÇÃO

O envelhecimento da população é considerado um fenômeno mundial. Os idosos<sup>1</sup> são a parcela da população que mais cresce beneficiados pelo progresso nas áreas econômica, médica e social. Intervenções na área da saúde pública, como controle das doenças transmissíveis e a contenção de afecções crônicas e degenerativas contribuem para melhora na qualidade de vida.

O Brasil, um país ainda jovem, segundo Carvalho Filho (2000, p.15), em 2025, deverá possuir a sexta maior população idosa do mundo, com cerca de 32 milhões de pessoas com mais de 60 anos. Conforme dados do IBGE (2000), o número de idosos no Brasil corresponde a 9,4% da população. No estado do Rio Grande do Sul a população com 60 anos ou mais corresponde a 11,5%.

O idoso, inserido neste contexto, representa uma fração da sociedade que enfrenta dificuldades em diferentes áreas, principalmente sócio-econômicas. Sendo assim, observa-se um aumento no crescimento da participação das pessoas com 60 anos ou mais na população economicamente ativa (PEA)<sup>2</sup> o que pode contribuir na composição da renda domiciliar (CAMARANO, 1999).

Uma importante constatação é a de que a vida humana, em termos etários, tem-se mantido constante, através do tempo. No passado e no presente, são raros os indivíduos centenários. O número e a proporção de pessoas idosas é que têm crescido, através dos ganhos, na expectativa de vida (PEREIRA, 1998).

---

<sup>1</sup> Segundo a OMS, é considerado idoso em países em desenvolvimento as pessoas com 60 ou mais.

<sup>2</sup> PEA- População Economicamente Ativa – compreende a mão-de-obra com que pode contar o setor produtivo; empregados e empregadores, trabalhadores autônomos e trabalhadores temporariamente desempregados.

O aumento na expectativa de vida deve-se, segundo Camarano (2003), a ação conjunta de três fatores: ampliação da cobertura previdenciária, acesso aos serviços de saúde e o avanço da tecnologia médica. Outras mudanças marcantes e inter-relacionadas que afetaram as condições de vida dos idosos brasileiros, observados de 1981-2001, referem-se aos rendimentos e a sua posição na família.

A população mundial está envelhecendo rapidamente e o Brasil tem seguido essa tendência demográfica. O processo de envelhecimento populacional gera transformações nas esferas sociais, econômica, política, nos sistemas de valores e nos arranjos familiares. Estima-se que 20% dos lares brasileiros são chefiados por idosos (IBGE, 2000).

Sob o ponto de vista econômico, observa-se um aumento na participação de pessoas com 60 anos ou mais na população economicamente ativa (PEA) para contribuir na composição da renda pessoal e familiar (CAMARANO, 1999).

Faz-se necessária uma análise deste dinamismo populacional observado nos últimos anos, uma vez que a taxa percentual da participação de idosos no mercado de trabalho é crescente e provoca, juntamente com outros recursos da aposentadoria, mudanças na estrutura da renda familiar brasileira. Os rendimentos provenientes dos benefícios previdenciários somados aos rendimentos da atividade laboral dos idosos propicia uma renda mais estável, aumentando o poder de consumo de sua família (CAMARANO, 1999).

Por outro lado, o envelhecimento populacional afeta profundamente a composição etária da população economicamente ativa e a oferta de trabalho, com aumento significativo dos segmentos mais adultos, em especial pessoas com 60 anos ou mais, e a redução da participação dos segmentos mais jovens.

Partindo das observações acima, nos questionamos: Onde vivem os idosos que trabalham (municípios e regiões do RS)? Qual o rendimento e quanto este rendimento significa na composição das rendas dos domicílios?

O objetivo central desta dissertação é analisar a participação econômica da população com 60 anos ou mais em todos os municípios do Rio Grande do Sul, através da pesquisa amostral do IBGE (2000) e o seu impacto sobre a composição das rendas domiciliares municipais.

Os objetivos específicos são identificar as taxas de participação da população com 60 anos ou mais na população economicamente ativa (PEA), nos municípios do Rio Grande do Sul; verificar a importância do rendimento do trabalho da população com 60 anos ou mais na composição das rendas domiciliares no RS; verificar a associação entre o desenvolvimento econômico municipal e a participação das pessoas com 60 anos ou mais na população economicamente ativa (PEA). Estes aspectos econômicos foram analisados segundo as diferenças regionais existentes no estado do Rio Grande do Sul, conforme a divisão regional adotada pelo IBGE em Mesorregiões. Os dados consultados foram baseados no último censo, de 2000.

As hipóteses que norteiam este trabalho são que dada à conjuntura atual de crise nas aposentadorias e estagnação nos salários, segundo Wajnman et. al. apud Camarano (1999), existe um aumento crescente na participação das pessoas com 60 anos ou mais na população economicamente ativa (PEA) no RS. Semelhante ao que acontecia no cenário nacional em 1996, segundo Wajnman et. al. apud Camarano (1999), em 2000, a atividade econômica das pessoas com 60 anos ou mais tem influência significativa sobre a composição das rendas domiciliares no RS.

O uso de dados quantitativos secundários (IBGE, FEE e IPEA) serviu para relacionar o número de idosos economicamente ativos (variável independente) com a de renda média dos domicílios nos municípios do RS (variável dependente). Os índices de PIB *per capita* médio, tamanho da população, taxa de urbanização, IDHM, Índice de Gini foram usados como variáveis de controle, analisando a situação destes municípios e oferecendo este estudo como uma referência para o desenvolvimento de políticas específicas para a crescente população com 60 anos ou mais.

O método de pesquisa deste estudo foi o descritivo e explicativo. Utilizamos dados quantitativos secundários tendo como fonte o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2000), da Fundação de Economia e Estatística (FEE) e do IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada).

A unidade de análise de pesquisa foi composta pelos 467 municípios do Rio Grande do Sul, no ano 2000. Todos os dados, por municípios, foram digitados numa planilha de dados eletrônicos (SPSS), a qual foi preparada para as análises. Especificamente utilizamos análises descritivas tais como distribuições de frequência e medidas descritivas. Para analisar o efeito da participação econômica dos idosos nos indicadores de desenvolvimento, nos utilizamos, de análises de regressão multivariada.

Dessa maneira, a utilização de dados quantitativos secundários (IBGE), serviu para dar um enfoque econômico a este novo contingente que se apresenta analisando as diferentes formas de participação dos idosos no mercado de trabalho e a representatividade na renda domiciliar.

Quando falamos em envelhecimento populacional no Rio Grande do Sul, devemos levar em consideração as disparidades sócio-econômicas existentes entre regiões e municípios, e refletir sobre a contribuição econômica que esta parcela da população pode representar em termos de desenvolvimento. Portanto, esta pesquisa permite avaliar o crescimento da participação das pessoas com 60 anos ou mais no mercado de trabalho e a repercussão no âmbito familiar e social.

O estudo aqui apresentado poderá auxiliar no delineamento de possíveis políticas e programas sociais que visem atender a esse segmento da população, não só no que diz respeito à infra-estrutura de saúde e assistência social, mas também oportunidades para explorar potencialidades no trabalho e possíveis possibilidades de crédito no sistema financeiro já que o estudo poderá mostrar o papel ativo de pessoas que até pouco tempo eram vistas como incapazes.

Com a finalidade de fundamentar teoricamente este estudo, o primeiro capítulo desta dissertação apresenta conceitos sobre região e desenvolvimento regional, apresentando os indicadores econômicos e sociais utilizados. O segundo capítulo discute o processo de envelhecimento populacional, abordando a evolução histórica das dinâmicas populacionais, bem como os impactos econômicos, sociais e culturais desta tendência e, ainda, a expectativa de vida e a composição das famílias no Rio Grande do Sul, questões essas que poderão ajudar no entendimento deste estudo. O terceiro capítulo discute a atividade econômica das pessoas com 60 anos ou mais e finalmente o quarto capítulo apresenta os resultados das análises estatísticas efetuadas.

## 1 REGIÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL

O objetivo principal deste estudo é analisar a participação em atividades econômicas das pessoas com 60 anos ou mais e o seu impacto sobre a composição das rendas domiciliares nos municípios do RS. O recorte regional escolhido para apresentar as análises foi as Mesorregiões do IBGE, criadas para fins estatísticos e são representadas em número de 7. Cada uma delas congrega grupos de municípios de uma área geográfica com similaridades econômicas e sociais. Os municípios que compõem cada uma das 7 mesorregiões podem ser vistos no anexo A.

Pretendemos discutir neste capítulo aspectos econômicos relacionados à região e ao desenvolvimento regional, ressaltando as diferenças regionais, permitindo assim que façamos uma associação entre desenvolvimento econômico municipal e a participação em atividades econômicas das pessoas com 60 anos ou mais em cada mesorregião.

Nosso estudo se torna amplo na medida que chamamos a atenção para o fato de que o Estado do Rio Grande do Sul, em 2000, era composto por 467 municípios dispersos em um território de 282.062 km<sup>2</sup>, o qual apresenta disparidades regionais marcantes. Importa entender que essa diversidade regional está ligada à realidade onde vivem, de um lado municípios e regiões com padrões de industrialização e desenvolvimento similares aos dos países desenvolvidos e, de outro, municípios e regiões que apresentam um desenvolvimento urbano-industrial medíocre e taxas de crescimento do PIB muito inferiores à média estadual (PAIVA, 2004). Desta forma, a presente pesquisa busca também analisar o envelhecimento sob a ótica regional, podendo revelar a influência de características específicas de cada mesorregião gaúcha em processos diferenciais do envelhecimento. Pois, envelhecer é uma das maiores conquistas da humanidade no século XX, mas implica em mudanças importantes em muitos setores da ação política referente ao trabalho, à saúde, à

proteção social, ao urbanismo e outras esferas da vida social. Logo, estas mudanças se diferem em diferentes regiões do estado refletindo no modo de vida dos idosos.

Nesta perspectiva, é necessário a conceituação de região, tendo a noção de que é utilizada em vários contextos: regiões culturais, econômicas, históricas, turísticas ou ainda, conflito de guerras. A região é um conceito que faz parte da vida das pessoas, mas é também uma preocupação científica.

Ao definirmos região podemos dizer que este termo, por um longo período até os dias atuais, apresenta dificuldades na sua compreensão, prejudicando o caráter científico. Dentro desta perspectiva, citamos Lajugie apud Benko (1999), quando diz que região é um conceito inseparável da ciência regional. Para o Benko (1999) ciência regional é um dos segmentos mais novos das ciências sociais e econômicas. Trata-se de uma disciplina que está na encruzilhada das ciências econômicas, da geografia, da sociologia das ciências políticas, do direito, do urbanismo e da antropologia. Estuda principalmente a intervenção humana do território.

A região corresponde a uma área geográfica que constitui uma entidade que permite, simultaneamente, a descrição de fenômenos naturais e humanos, a análise de dados sócio-econômicos e a aplicação de uma política. Funda-se em duas características principais: homogeneidade e integração funcional, e resulta, ao mesmo tempo, num sentimento de solidariedade vivida e em relações de interdependência com os restantes conjuntos regionais e com o espaço nacional e internacional (BENKO, 1999).

Côrrea Lobato (1986) propõe três diferentes significados para o termo região, desenvolvidos após intensos debates: o primeiro, apóia-se nos dados da natureza; o segundo, é o resultado de um longo processo de transformação da paisagem natural

em cultural, e o terceiro, é a região considerada a partir de propósitos específicos como resultados da criação intelectual.

Sob a ótica de Lencione (1999) a noção de região é relevante para compreensão do recorte espacial e se constitui numa categoria de análise própria da geografia, deixando claro que o espaço é uma construção social, e que, para entender geografia, é preciso entender sociedade.

A região é sempre concebida como parte de um todo, um recorte espacial relacionado à problemática da diferença, essa ressaltada, embora o mundo se apresente aparentemente cada vez mais homogêneo. Usando uma formulação dialética, a autora procura demonstrar que a região é parte de um todo, mas que o todo, formado por várias regiões, não é apenas influência das partes que o compõem. Assim, para a maioria das sociedades, a idéia de região apresenta-se como particularidade, como mediação entre o universal e o singular, como mediação entre o global e o local [...] (LENCIONI, 2003 apud SIEDENBERG, 2006, p. 140).

De acordo com estes conceitos de região, tenta-se fazer uma análise entre os municípios que possuem melhores indicadores em termos de desenvolvimento e o número de idosos encontrados na população economicamente ativa. É necessário ressaltar que o estado do Rio Grande do Sul é um território amplo, apresentando diferenças regionais importantes.

Cada uma das regiões do País se reveste de características próprias, seja em relação ao conteúdo, funcionalidade e implicações sociais, econômicas e espaciais de racionalidade técnica e presente no território, como também no que diz respeito ao processo mais amplo de (re) produção do espaço regional [...] (SILVEIRA, 2002, p.173).

Considerando as diferenças regionais existentes no Estado do Rio Grande do Sul e diante deste novo contingente populacional, devemos refletir sobre a

contribuição econômica que este segmento populacional pode representar em termos de desenvolvimento para as regiões.

Partindo para questões relacionadas ao desenvolvimento, fazemos sua descrição segundo o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, que propõe um redirecionamento do valor conceitual e prático de desenvolvimento, ao eleger como prioridade à dignidade humana em todas as suas dimensões e proteção ao meio ambiente direcionando ações para um futuro de sustentabilidade planetária em todos os níveis. Desenvolvimento implica em assegurar não apenas uma cidadania civil, mas também de natureza econômica, social e ambiental. Faz-se necessário harmonizar o crescimento econômico com equidade social e preservação ambiental (RASSIER, 2004).

Numa visão antropológica, desenvolvimento é uma idéia que prevalece no centro da visão do mundo atual, permitindo ver o homem como um agente transformador deste mundo. Como o desenvolvimento traduz a realização das potencialidades humanas, as sociedades são consideradas desenvolvidas à medida que nelas o homem logra satisfazer suas necessidades e renovar suas aspirações (FURTADO, 2000).

Bassan & Siedenberg (2003) explicam desenvolvimento de uma maneira mais generalizada, segundo os autores, há alguns anos, desenvolvimento era entendido como desenvolvimento econômico de uma região ou país, porém, inseridos no processo de evolução econômica e social, esses países perceberam que para desenvolver não bastava apenas aumentar a renda, as questões sociais ganharam maior importância e fizeram com que, para que se analisasse desenvolvimento, fossem envolvidas variáveis como educação, saúde, moradia, transporte e lazer.

Siedenberg (2003) conceitua desenvolvimento como sendo o desdobramento de forças produtivas próprias, específicas de cada espaço, visando suprir toda a sociedade com bens materiais e culturais vitais e com serviços básicos, no âmbito de uma ordem política e social que garanta a todos os membros dessa sociedade as mesmas chances e permita a todos participar do resultado comum deste bem-estar produzindo decisões políticas.

Os países desenvolvidos procuram aliar ao seu crescimento econômico o desenvolvimento econômico e social. Dessa maneira, a população se mantém em níveis de satisfação elevado, consumindo e contribuindo para o crescimento do País. Já os países em desenvolvimento se preocupam em crescer meramente com o aumento da renda, não significando necessariamente desenvolver, pois a má distribuição da renda é o principal fator que impede o desenvolvimento dos Países do Terceiro Mundo (BASSAN e SIEDENBERG, 2003).

Concordando com os autores acima, Boisier (2006) destaca que em uma concepção mais antiga desenvolvimento associava-se a idéia de crescimento econômico e à aquisição de conquistas materiais. A nova concepção está associada a atitudes e menos conquistas materiais acompanhadas de altos níveis de satisfação pessoal.

Sendo assim, para os mesmos autores, a definição de desenvolvimento traz incorporada não apenas a idéia da melhor condição econômica, mas também a de maior dignidade humana, mais segurança, justiça e igualdade.

Para Becker (2000, p.140) “não há como pensar em desenvolvimento de uma região sem se considerar as condições sociais, políticas, econômicas, de estruturação e organização das comunidades locais”.

As concepções do desenvolvimento regional, endógeno, integrado e sustentável, segundo Becker e Bandeira (2003) preconizam maior eficácia das políticas públicas, democracia e transparência, acumulação do capital social, competitividade sistêmica, consolidação das identidades regionais e necessidade de instituições catalisadoras aptas a articular os atores do desenvolvimento.

Boisier (1996) define desenvolvimento regional como um processo localizado de troca social sustentada que tem como finalidade última o progresso permanente da região, da comunidade regional como um todo e de cada indivíduo residente nela.

O mundo atual se depara com uma expectativa de vida nunca vista antes. Com estimativas, através de indicadores (IBGE, PNAD), sabíamos que a população de idosos seria crescente, porém as conseqüências deste crescimento populacional, no desenvolvimento das regiões, não poderíamos avaliar. Portanto é relevante que consideremos que o aumento da população com 60 anos ou mais, no RS, venha interferir diretamente nos processos de desenvolvimento, visto que o aumento da quantidade de idosos, no contingente populacional, acarreta inúmeras questões que precisam ser avaliadas.

Segundo Kreling (2004) os países desenvolvidos se prepararam com mecanismos institucionais na prevenção e no atendimento das demandas dessa população, possibilitando assim, níveis mais dignos de saúde, educação, trabalho e principalmente de previdência social. No caso brasileiro, este processo gera uma série de implicações que conduzem, necessariamente, a uma reavaliação das estratégias de planejamento, por parte do Estado, direcionadas a políticas públicas e sociais no âmbito da família e da sociedade.

A proposta deste estudo se concentra em relacionar a atividade econômica dos idosos e o seu impacto sobre a composição das rendas domiciliares e a implicação desse para o desenvolvimento regional. Sabemos que o crescimento e o desenvolvimento de uma região estão intimamente relacionados a um processo harmônico nos campos econômico, social e cultural. Objetivamos então, observar se as regiões do RS com os melhores indicadores em termos desenvolvimento existe maior número de idosos participando da população economicamente ativa que naqueles com piores indicadores.

Quando falamos em idosos no RS, devemos levar em conta as disparidades sócio-econômicas entre os municípios e regiões gaúchas as quais exigem políticas voltadas a este segmento populacional e adequadas à realidade desses diferentes contextos. Diante disso, cabem algumas considerações sobre o processo de regionalização do RS em termos oficiais.

### **1.1 Divisões regionais do Rio Grande do Sul**

Dentre as divisões regionais do Rio Grande do Sul, estão: a divisão regional do IBGE, chamadas Mesorregiões, utilizadas neste estudo, e microrregiões; a divisão regional das associações de municípios (FAMURS), que visam integrar o trabalho das prefeituras dos municípios dentro de uma mesma região e a divisão dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento – COREDES (BARROS, 2005).

Conforme foi mencionado anteriormente, o recorte regional utilizado em nosso estudo foi à divisão regional do IBGE em Mesorregiões, tomando como ano de referência para análise, os dados do último Censo de 2000 (ANEXO B). As Mesorregiões são divididas em número de sete: Centro Ocidental Rio-Grandense, Centro Oriental Rio-Grandense, Metropolitana de Porto Alegre, Nordeste Rio-

Grandense, Noroeste Rio-Grandense, Sudeste Rio-Grandense e Sudoeste Rio-Grandense (ANEXO A).

A questão da região e em específico da regionalização do Estado do RS é de fundamental importância, pois propomos o estudo das diferenças regionais ao considerarmos os critérios do IBGE sobre Meso-regiões.

Entende-se por Meso-região uma área individualizada, em uma unidade da Federação que apresenta formas de organização do espaço geográfico definidas pelas seguintes dimensões: o processo social, como determinante, o quadro natural, como condicionante e a rede de comunicação e de lugares, como elemento da articulação espacial (IBGE, 2000).

Ramos & Mariño (2003) colocam que ao trabalhar com o nível municipal de análise, é estrategicamente adequado pela condição de unidade político-institucional que representa, porém é com relação a grupo de municípios que correspondam a unidades sócio-culturais onde podem estabelecer os parâmetros das questões do desenvolvimento aqui contemplados.

Os grupos de municípios que compõem as diferentes meso-regiões no RS apresentam uniformidades sociais, econômicas, culturais, etc. Então, cabe desvendar aspectos relevantes sobre algumas destas semelhanças que acentuam as disparidades regionais em nosso estado, visto que no Rio Grande do Sul há grupos de municípios com alto padrão de industrialização e desenvolvimento e, em contraponto, há grupos de municípios com desenvolvimento extremamente inferior.

No decorrer deste trabalho, fizemos uso de indicadores econômicos e sociais, tais como índice de gini, IDHM, PIB *per capita*, taxa de urbanização e a taxa de participação dos idosos na população economicamente ativa, os quais serão descritos a seguir.

## **1.2 Indicadores Sociais e Econômicos**

As soluções para questões sociais do País passam por políticas públicas que reduzam, em nível nacional, a pobreza da sociedade. Em geral, a pobreza da população tem sido medida na perspectiva de carências da população. A mensuração da situação material na qualidade de vida da sociedade se faz necessária através de avaliações objetivas da qualidade de vida das sociedades, para o estabelecimento de prioridades e metas governamentais.

Quando nos propomos a analisar as taxas de participação em atividades econômicas das pessoas com 60 anos ou mais no RS e o seu impacto sobre a composição das rendas dos domicílios, os indicadores sociais e econômicos serão parte fundamental na pesquisa e na análise dos dados.

Oliveira (2001) cita alguns autores que enfatizam a utilização de indicadores sociais para as pesquisas, como Cazes (1972), Carley (1985), Albuquerque e Villela (1991), Souto (1995) que destacam a sua importância para conhecer, em circunstâncias específicas, situações relativas à qualidade de vida da população ou de um grupo social. “Os indicadores expressam números que procuram descrever um determinado ângulo da realidade (...) através de técnicas de ponderação de valores, podem ser criados índices que sintetizam um conjunto de aspectos da realidade e expressem conceitos mais abstratos e complexos, como qualidade de vida e nível de desempenho de uma gestão”.

Segundo Januzzi (2003) para avaliar as condições de vida da população, para apontar a eficácia ou não de políticas públicas, vêm sendo utilizados indicadores sociais para se fazerem estas avaliações.

Um indicador social é uma medida em geral quantitativa dotada de significado social substantivo, usado para substituir, quantificar ou operacionalizar um conceito social substrato, de interesse teórico (para pesquisa acadêmica) ou programático (para formulação de políticas). É um recurso metodológico, empiricamente referido, que informa algo sobre um aspecto da realidade social ou sobre mudanças que estão se processando na mesma (JANUZZI, 2003, p.15).

Siedenberg (2000), em sua tese, destaca que os indicadores sócio-econômicos nada mais são do que instrumentos utilizados para explicar disparidades sócio-econômicas.

O mesmo autor destaca que os indicadores podem ter além de uma função meramente informativa, também uma função avaliativa, normativa e decisória, uma vez que servem de referência para implementação de metas e estratégias.

Os indicadores de desenvolvimento, em nosso estudo, servirão de elo de ligação entre a evidência dos fenômenos econômicos observados e o desenvolvimento regional, pois através da análise dos indicadores, buscaremos fornecer subsídios que venham a contribuir com a planificação para o desenvolvimento.

Em nosso estudo, nos utilizamos de indicadores sociais e econômicos (IBGE), no ano de 2000, ano do último censo sócio-demográfico do IBGE. Segundo Siedenberg (2006), existe uma diferença fundamental entre indicadores econômicos e sociais: enquanto diferentes aspectos do desenvolvimento econômico podem ser

quantificados diretamente, a maior parte dos indicadores de desenvolvimento social não são diretamente mensuráveis, nem há um consenso sobre o uso e modo de obtenção destes indicadores, sobre as relações que se estabelecem, sobre os valores embutidos e sobre os conceitos teóricos que o fundamentam.

Fizemos uso de indicadores de desenvolvimento social – Índice de Gini, Índice de Desenvolvimento Humano Municipal e Taxa de Urbanização – e indicadores de desenvolvimento sócio-econômico – PIB *per capita*.

Na próxima secção deste capítulo mostraremos a construção e apresentação destes índices que serviram de base para o desenvolvimento deste estudo.

### **1.2.1 Índice de Gini**

O Índice de Gini é um indicador social criado pelo matemático italiano Conrado Gini. É um instrumento utilizado para medir o grau de concentração de renda de determinado grupo. Ele aponta a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos. Numericamente, varia de zero a um. O valor zero representa a situação de igualdade, ou seja, todos têm a mesma renda. O valor um está no extremo oposto, isto é, uma só pessoa detém toda riqueza (ROSSETTI, 2003).

Se o crescimento econômico é considerado importante para o desenvolvimento, não menos será a distribuição da renda. Segundo Távora (2002), este coeficiente visa comparar como anda a concentração de renda, geograficamente, do PIB em uma determinada região. Quanto mais próxima da

unidade estiver o índice, pior é a concentração. E, por outro lado, quanto mais próximo de zero, melhor será a distribuição.

Em termos de desenvolvimento, é preciso saber se a renda mais elevada em determinada região deve-se à situação concreta em que a população efetivamente desfruta de um padrão melhor de bem-estar material ou a um quadro em que apenas um número reduzido de famílias se apropria de níveis de renda muito mais elevados que as demais (JANUZZI, 2003).

O Índice de Gini pode ser calculado a partir de dados brutos ou dados agregados de renda em intervalos de classe. As informações sobre renda podem se referir à renda familiar, à renda familiar per capita, à renda do trabalho dos ocupados, à renda individual etc., levando a cifras diferentes e tendências eventualmente divergentes do indicador.

### **1.2.2 Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDHM**

Segundo Gremaud et al (2004), unindo-se o conceito de produto per capita com os indicadores sociais, temos melhores condições de avaliar o bem-estar de uma população, ou grau de desenvolvimento social de um país. A ONU, buscando chegar mais próxima de uma medida que retratasse o desenvolvimento social dos países, criou um índice que justamente agrega alguns indicadores sociais. Esse índice é o IDH – Índice de Desenvolvimento Humano, construído para mais de 170 países e que vem sendo elaborado desde o início da década de 90.

Na concepção do PNUD, o Desenvolvimento Humano deveria ser entendido como um processo dinâmico e permanente de ampliação das oportunidades dos

indivíduos para a conquista de níveis crescentes de bem-estar. Para tanto, o processo de desenvolvimento deveria garantir, entre outros aspectos, oportunidades de acesso à educação e cultura, a condições de desfrutar uma vida saudável e longa e a condições de dispor de um padrão adequado de vida para a população (JANUZZI, 2003).

O Índice de Desenvolvimento Humano – IDH tem por objetivo avaliar a evolução da qualidade de vida dos países e agrega os seguintes indicadores: um indicador composto de nível educacional (computado a partir da taxa de alfabetização de adultos e a taxa de escolarização); a esperança de vida, como medida síntese das condições de saúde e riscos a morbi-mortalidade; e o Produto Interno Bruto per capita ajustado segundo uma técnica específica, de modo a refletir melhor a necessidade de recursos monetários para compra de bens e serviços disponíveis à sobrevivência de cada país (JANUZZI, 2003).

Oliveira (2001) em seu estudo sobre indicadores de bem-estar da população no Brasil, descreve Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDHM como uma adaptação da metodologia contemplada na construção do IDH (concebido para comparar países), mas com algumas adaptações para adequar o índice à unidade de análise que é, neste caso, o município.

Segundo o autor citado, o cálculo do IDH consiste numa média ponderada simples dos três índices parciais, definidos anteriormente, ou seja:

$$\text{IDH}_j = (L_j + E_j + R_j) / 3$$

Onde  $L_j$  corresponde ao índice de longevidade de um país, região, estado, município  $j$ ;  $E_j$  representa o índice de educação de um país, região, estado, município  $j$ ; e  $R_j$  corresponde a índice de renda de um país, região, estado, município  $j$ .

O intervalo de variação para o IDH encontra-se nos limites entre 0 e 1, e os países, regiões, estados e municípios são classificados, de acordo com o valor do seu índice em: baixo (de 0 a 0,49); médio (de 0,5 a 0,8); e alto grau de desenvolvimento humano (acima de 0,8 até 1,0) (OLIVEIRA, 2001).

Neste contexto o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal tem como objetivo avaliar a evolução do desenvolvimento humano nos estados, municípios, macrorregiões e microrregiões (OLIVEIRA, 2001).

### **1.2.3 PIB *per capita***

O produto interno bruto – PIB é um dos indicadores econômicos mais conhecidos e utilizados em toda sociedade.

Freqüentemente um determinado Estado ou Região está preocupado com seu desenvolvimento econômico. Para que exista desenvolvimento econômico é preciso crescimento. Ou seja, é necessário que a riqueza aumente para que os benefícios sejam melhor distribuídos. Nesse sentido, a medida utilizada é o PIB.

Conforme Froyen (1999), o produto interno bruto – PIB é uma medida de todos os bens e serviços finais produzidos dentro do território nacional, em determinado período de tempo, avaliados a preços de mercado.

O PIB não é uma medida de bem-estar da população. Ele mensura somente a produção de bens e serviços. Além disso, o PIB não considera o custo social de conseguir a produção, como por exemplo, o custo da degradação do meio ambiente. Portanto, o PIB pode ser uma medida relevante do nível de atividade econômica, mas não do bem-estar social.

Até os anos 60, o PIB – calculado como o quociente do Produto Interno Bruto pelo total da população – era considerado como medida mais direta do bem-estar em muitos países do mundo. Hoje, ainda que não configure o mesmo status de validade, o PIB per capita é um indicador muito utilizado em Relatórios Sociais dos organismos sociais, inclusive compondo o Índice de Desenvolvimento Humano da PNUD (JANUZZI, 2003).

O método de cálculo do PIB *per capita* é a divisão do valor total dos bens e serviços finais (de determinado período) divididos pelo número que representa o total da população do país (do mesmo período), ressaltando que a produção deve ser expressa em valor real, assim:

$$\text{PIB per capita} = \frac{\text{PIB de um determinado período}}{\text{População no mesmo período}}$$

Por ser uma média, o PIB *per capita* não corresponde aos ganhos efetivamente recebidos pelos habitantes. Dessa forma, Martins (1999) explica que este indicador, pode esconder o grau de desigualdade existente na distribuição de

renda, não podendo, portanto, concluir acerca do desenvolvimento econômico de uma região. São necessários indicadores econômicos e sociais.

#### **1.2.4 Taxa de urbanização**

A taxa de urbanização é um indicador demo-geográfico que dimensiona a parcela da população nacional ou regional que reside em áreas urbanas, e, portanto, em tese, com maior acessibilidade aos bens públicos, serviços básicos de infraestrutura urbana (água tratada, saneamento básico, coleta de lixo) e serviços sociais (educação, saúde etc.) (JANUZZI, 2003).

Para o mesmo autor, em países subdesenvolvidos, a validade deste indicador como medida de acessibilidade a programas e equipamentos sociais é bastante limitada, visto que a oferta de serviços nas áreas urbanas é deficitária. O porte populacional das áreas urbanas é um forte discriminador da disponibilidade ou não de bens e serviços públicos. Assim, tem se sugerido empregar conceitos mais estritos do que deveria ser considerado “área urbana” no cálculo da taxa de urbanização, considerando localidade com população acima de 2.000 ou mesmo 20.000 pessoas (JANUZZI, 2003).

A taxa de urbanização é o percentual da população urbana em relação à população total. É calculada a partir de dados censitários, seguindo a fórmula:

$$\text{Taxa de urbanização} = \frac{\text{População residente em área urbanas}}{\text{Total da população}} \times 100$$

### **1.2.5 População economicamente ativa - PEA**

Em nosso estudo, buscamos identificar se as taxas de participação da população com 60 anos ou mais na PEA exercia influência no desenvolvimento dos municípios do RS no ano de 2000.

Para que possamos entender as estatísticas e indicadores do mercado de trabalho de um país ou região é fundamental compreender alguns conceitos básicos: os conceitos de população em idade ativa (PIA) e população economicamente ativa (PEA). A PIA de um país ou região corresponde a num contingente expressivo e majoritário da população total que se encontra potencialmente apta para o exercício da atividade econômica produtiva. Compreende o contingente de indivíduos com 10 ou 15 anos até os 65 anos de idade, dependendo do grau de escolarização e de cobertura da previdência social. Dentre os indivíduos da PIA, aqueles que estão efetivamente disponíveis para o exercício da atividade econômica, seja trabalhando ou procurando emprego, compõem a PEA. Donas de casa, estudantes, aposentados, inválidos não fazem parte da PEA (JANUZZI, 2003).

O IBGE define PEA como o potencial de mão-de-obra que pode contar o setor produtivo, isto é, a população ocupada e a população desocupada, assim definidas: pessoas desocupadas são aquelas pessoas que um determinado período de referência trabalharam ou tinham trabalho mas não trabalham (por exemplo, pessoas em férias).

As pessoas ocupadas são classificadas em:

a) empregados: pessoas que trabalham para um empregador ou mais cumprindo uma jornada de trabalho, recebendo em contrapartida uma remuneração em dinheiro ou outra forma de pagamento (moradia, alimentação, vestuário, etc.).

b) conta-própria: aquelas pessoas que exploram uma atividade econômica ou exercem uma profissão de ofício, sem empregados.

c) não-remunerados: aquelas pessoas que exercem uma ocupação econômica, sem remuneração, pelo menos 15 horas na semana, em ajuda a membro da unidade domiciliar em sua atividade econômica, ou em ajuda a instituições religiosas, beneficentes ou de cooperativismo, ou ainda, como aprendiz ou estagiários.

As pessoas desocupadas são aquelas pessoas que não tinham trabalho, num determinado período de referência, mas estavam dispostas a trabalhar, e que, para isso, tomaram alguma providência.

Em nosso estudo buscamos explicar em que medida as diferenças regionais no RS, expressas através dos indicadores econômicos e sociais, se associam e explicam a participação dos idosos na PEA e o seu impacto na composição das rendas domiciliares. Nesta perspectiva, cabe-nos fazer algumas considerações sobre o envelhecimento populacional. Deste modo, passamos a este tópico no capítulo seguinte.

## 2 ENVELHECIMENTO POPULACIONAL

### 2.1 Transição demográfica

Conforme dados do IBGE (2000), os idosos representavam 9,4% da população brasileira, o equivalente a 14,5 milhões de pessoas, com aumento de 35,5% na quantidade total de idosos com relação ao censo de 1991. Apesar deste crescimento da participação de idosos na população brasileira entre 1991 e 2000, ela ainda é pequena em relação aos países mais desenvolvidos, porém tende a crescer no futuro.

O conceito de idoso, de acordo com a Organização Mundial da Saúde – OMS, inclui as pessoas com idade superior a 60 anos de idade para países em desenvolvimento e 65 anos para os países desenvolvidos. No Brasil, a Lei n 8.842, de 04 de janeiro de 1994, define idoso como a pessoa com idade superior a 60 anos.

Moreira (1998) destaca que é usual, em demografia, definir os 60 ou 65 anos como limiar que define a população idosa, sendo, portanto, considerada a população idosa a população com 60 ou 65 anos e mais.

O Plano de Ação Internacional sobre o Envelhecimento das Nações Unidas (1982), acompanhando a definição da Divisão de População, define 60 anos como limiar que define o grupo idoso.

O crescente aumento da população idosa no mundo, comprovados através de estudos demográficos, tem colocado aos órgãos governamentais e à sociedade desafios de problemas médico-sociais gerados pelo envelhecimento da população. O processo de envelhecimento populacional é conseqüência da evolução das dinâmicas populacionais observada com maior ênfase nos últimos anos.

O século XX foi marcado pela explosão de medidas protetoras nas áreas médica, econômica e social, visando postergar a morte. Em épocas recentes, como destaca Pereira (2000), a mortalidade decresceu abruptamente, enquanto a fecundidade não fez o mesmo ritmo.

Tradicionalmente, o envelhecimento era visto como um problema europeu, uma vez que nesse continente vivem 12% da população mundial e cerca de 28% das pessoas com mais de 75 anos de idade. Desde a década de 50, tem ocorrido expressivo aumento da população idosa nos países do Terceiro Mundo, mais de 50% das pessoas com idade igual ou superior a 65 anos viviam nesses países (CARVALHO FILHO, 2000).

Conforme demonstra o Relatório Nacional Brasileiro sobre o Envelhecimento da População Brasileira, do Ministério das Relações Exteriores (2002), a população brasileira, de acordo com o censo demográfico realizado em 2000, aproximou-se da marca dos 170 milhões de habitantes. Nos anos setenta, projetava-se que a população brasileira ultrapassaria os 200 milhões de habitantes no ano de 2000. A diminuição da fecundidade, no entanto, reduziu o ritmo do crescimento populacional e levou a um envelhecimento desta população. Como resultado, o Brasil deixou de ser um país predominantemente de jovens, passando a ser um país com uma pirâmide etária mais concentrada na “meia idade”. Esse processo foi resultado de elevadas taxas de crescimento vegetativo no passado, seguido de um processo de declínio ainda no final dos anos sessenta. A taxa atual de fecundidade total é de 2,1

filhos por mulher no final do período reprodutivo, enquanto a esperança de vida ao nascer é de 68,6 anos.

O Ministério das Relações Exteriores (2002) faz referência com relação à heterogeneidade do segmento da população denominada idosa: o envelhecimento da população brasileira se evidencia por um aumento da participação de pessoas maiores de 60 anos de 4% em 1940 para 9% em 2000. Além disto, a proporção da população “mais idosa”, ou seja, acima de 80 anos, tem aumentado, alterando a composição etária dentro do próprio grupo, o que significa que a população considerada idosa também está envelhecendo.

O aumento da expectativa de vida em países desenvolvidos está relacionado a melhor qualidade de vida de sua população a aos avanços médico-tecnológicos colocados em prática há vários anos. Nos países em desenvolvimento, apesar de milhões de pessoas continuarem vivendo no mais absoluto grau de miséria, houve possibilidade de acesso às conquistas da medicina moderna, tornando possível prevenir e curar doenças fatais no passado, com conseqüente redução da mortalidade, elevação da expectativa de vida e, em decorrência, crescente aumento da população idosa (CARVALHO FILHO, 2000).

Para o demógrafo Moreira (1998), por envelhecimento populacional entende-se o crescimento da população considerada idosa em uma dimensão tal que, de forma sustentada, amplia a sua participação relativa no total da população.

A teoria da transição demográfica na primeira metade do século XX aponta mudanças no perfil da fecundidade e da mortalidade. Durante este processo a população passa do estágio de altas taxas de mortalidade e fecundidade para

baixas taxas de mortalidade e de fecundidade, contribuindo para envelhecimento populacional.

As mudanças que ocorrem na estrutura etária da população podem ser observadas pelas alterações na pirâmide etária. Como destaca Moreira (1998), dois tipos de mudanças buscam explicar o envelhecimento populacional. No primeiro caso, a mudança na estrutura etária é chamada envelhecimento pela base, a população jovem diminui e população de idosos se mantém, em consequência da redução nas taxas de fecundidade. Ocorre no estágio inicial da transição demográfica e é característica dos países em desenvolvimento, onde os níveis de fecundidade são relativamente elevados, desempenhando a mesma o papel principal na evolução do envelhecimento populacional. No segundo, a mudança na estrutura etária da população é chamada envelhecimento pelo topo, definindo a consolidação do processo de envelhecimento. O aumento da população idosa ocorre pela queda nos níveis de mortalidade das pessoas nesta faixa etária. Este processo é próprio das populações que atingiram a maturidade demográfica, ou seja, nos países desenvolvidos.

Conforme aponta Carvalho (2003), o envelhecimento populacional tal como é observado hoje, é resultado do declínio da fecundidade, e não da mortalidade. Ao iniciar o declínio sustentado da fecundidade, é que se dá início a processo de envelhecimento populacional. O alto índice de crescimento da população idosa no mundo deve-se a baixas taxas de mortalidade, determinadas pelos avanços da ciência e pelo comportamento das taxas de fecundidade.

O Brasil demonstra um processo de envelhecimento populacional dinâmico e acelerado se comparado aos outros países. Os idosos, particularmente os mais velhos, constituem o segmento da população que mais cresce. Entre 1991 e 2000, o número de habitantes com 60 ou mais aumentou cerca de duas a quatro vezes do que a população jovem do País (UCHÔA, 2003).

Em 1940, a pirâmide etária brasileira apresentava base alargada, com poucas pessoas atingindo o ápice da pirâmide, retratando, assim, um país de jovens. Em 1991 a base da pirâmide estreitou um pouco e uma maior proporção de pessoas atingiu o ápice. A tendência é de se transformar ainda mais, assumindo a forma de “barril” ou “cone”, a semelhança dos países que já sofreram o processo de envelhecimento populacional (PAPALÉO NETTO, 2000).

A queda da fecundidade no Brasil, conforme destaca Moreira (1998), iniciou-se em meados dos anos 60, entre as camadas mais aquinhoadas das áreas urbanas do Sul e do Sudeste brasileiro, representando quase o dobro do índice de idosos que a região Centro-Oeste, e no espaço de 30 anos disseminou-se por todas as regiões e classes do País. O autor faz projeções para região Sul Brasileira que, em 2050, deverá possuir um índice de idosos 50% mais elevado, que na região Nordeste.

Em 2050, embora o envelhecimento populacional seja um fenômeno mundial, ocorrendo do ponto de vista social as condições históricas e os condicionamentos são completamente distintos entre países desenvolvidos e não-desenvolvidos. De um lado os países ricos, altamente envelhecidos, com elevadas proporções de população idosa, mas com totais demográficos relativamente modestos e, por outro lado, os países pobres, relativamente envelhecidos, com proporções de populações idosas ainda modestas, mas um imenso número de idosos (MOREIRA, 1998).

Enquanto o envelhecimento populacional significa mudanças na estrutura etária, a queda da mortalidade é um processo que se inicia no momento do nascimento e altera a vida do indivíduo, as estruturas familiares e a sociedade.

Para o mesmo autor, paralelamente às modificações demográficas, que estão se sucedendo tanto em países desenvolvidos como naqueles em desenvolvimento, há necessidade também de profundas transformações sócio-econômicas, visando melhor qualidade de vida aos idosos e àqueles que se encontram em processo de envelhecimento.

Para o economista Rossetti (2003) as alterações no padrão demográfico correspondem a uma das mais importantes mudanças estruturais ocorridas na sociedade brasileira no final deste século. Embora suas conseqüências não sejam imediatamente evidentes, devido à inércia inerente dos processos demográficos, estreitamente ligada aos ciclos e à duração da vida humana, as mudanças já têm grande significado para a agenda social e para a definição de políticas públicas.

O processo de transição demográfica, segundo estudo realizado por Giatti e Barreto (2003), implica no envelhecimento da população ativa. Nos países onde esta transição ocorreu, a população em idade ativa é mais envelhecida, e esse processo tende a acentuar-se com o tempo. No Brasil, para Wajnman (1997) citado pelo mesmo autor, entre 2000 e 2020, haverá um crescimento do segmento correspondente às pessoas com cinquenta anos na população economicamente ativa. É fato que a expectativa de vida continua a elevar-se no mundo todo, no Brasil e inclusive no RS. Na próxima seção apresentaremos como se deu e como está a questão do envelhecimento populacional no Rio Grande do Sul.

## **2.2 Expectativa de vida no Rio Grande do Sul**

O crescimento acentuado da população idosa no Rio Grande do Sul e a alta expectativa de vida fazem com que o Estado seja objeto de estudo nas questões ligadas ao envelhecimento.

O Rio Grande do Sul, conforme Censo do IBGE (2000), totalizou 10.187.798 habitantes, sendo duplicada sua população em relação a 1960. Em 2004, a população somava 10.630.979 habitantes, destes 11,5% eram idosos.

Neste mesmo período, o estado do Rio de Janeiro era o estado onde havia maior incidência de idosos, com 10,7% de participação, seguido do Rio Grande do Sul e da Paraíba, com 10,5% e 10,2% respectivamente (IBGE, 2000).

Com relação às especificidades regionais do envelhecimento populacional no Brasil, destacamos que, dentre os Estados Brasileiros, o Rio Grande do Sul é o que representa um dos maiores níveis de expectativa de vida ao nascer, apresentando 71,6 anos para ambos os sexos, enquanto São Paulo apresenta uma expectativa de vida de 70 anos; Bahia, 67,7 anos; Mato Grosso do Sul, 70,4 anos e Amazonas, 68,9 anos (FEE, 2002).

A esperança de vida ao nascer, que no Brasil, em 1900, era de 33,7 anos, passou em 1960 para 55,9 anos. De 1960 para 1980, essa expectativa ampliou-se para 61,8 anos, 68,6 anos em 2000 e em 2002 para 71 anos. No Rio Grande do Sul, a expectativa de vida passa de 52,74 anos em 1903; para 66,7 anos em 1972; 68,8 anos em 1980 e para 73,4 anos no período de 2001 a 2003. O processo de transição demográfica no Rio Grande do Sul começou mais cedo em relação aos demais estados do Brasil, caracterizando-se por um aumento rápido na população idosa. A taxa de fecundidade no Rio Grande do Sul caiu de 5,08 filhos por mulher em 1940, e 2,26 filhos por mulher atualmente (IBGE, 2000).

A expectativa de vida no Rio Grande do Sul, conforme o gênero, observa-se que passou de 63,6 anos nos homens em 1972, para 69,3 anos em 2000 a 2003.

Entre as mulheres a expectativa de vida era de 70 anos e aumentou para 77,6 anos respectivamente (IBGE, 2000).

Alguns fatores determinam a maior expectativa de vida entre as mulheres em relação aos homens. As mulheres são mais atentas à saúde e apresentam características hormonais que atuam na prevenção de algumas doenças. A mortalidade masculina é explicada pelo fato de os homens apresentarem maiores taxas de acidentes e violência, e tenderem a ser afetados por doenças crônico-degenerativas precocemente (PEREIRA, 2000).

Pode-se constatar que no Brasil e no Rio Grande do Sul, a expectativa de vida das mulheres supera a expectativa de vida entre os homens, resultando em um número elevado de mulheres idosas.

O crescimento da população idosa brasileira, refletindo altas taxas de crescimento populacional, implica em um maior crescimento do grupo de pessoas com 60 anos ou mais. Entre 2000 e 2050, as pessoas acima dos 70 anos aumentarão seu contingente de idosos de 61,7% para 68,5% (IBGE, 2000).

É fato que a expectativa de vida continua a elevar-se no mundo todo, no Brasil e inclusive no RS. Porém, longevidade necessariamente não indica velhice sadia, nem avanço simultâneo e eficiente da qualidade de vida e de autonomia para boa parcela das pessoas, como afirma Lessa (1998). São outros exemplos de impactos que o envelhecimento traz. Juntamente com este fato, surgem preocupações dos governos e das populações dos países que ainda não estão totalmente adaptados a essa realidade.

Para Camarano (1999, p. 20), “o aumento da longevidade deve ser reconhecido como uma conquista social, que se deve em grande parte ao progresso da medicina e cobertura mais ampla dos serviços de saúde”.

Conforme a mesma autora, em 1998, 7,9% da população brasileira tinha mais de 60 anos, representando 23,3% do total das famílias brasileiras e 22,5% dos domicílios continham pelo menos uma pessoa nessa idade, apresentando uma estrutura diferenciada, composta por um número reduzido de pessoas, em etapas do ciclo vital mais avançado. As famílias sem idosos são do tipo casais com filhos.

Temos observado, neste século novos modelos familiares, em consequência da baixa taxa de fecundidade, do aumento da expectativa de vida e consequentemente ao crescente aumento da proporção da população com 60 anos ou mais. A seguir, faremos algumas considerações sobre a composição das famílias e os novos arranjos familiares.

### **2.3 A composição das famílias no Rio Grande do Sul**

O aumento da longevidade associado ao momento pelo qual passa a economia brasileira tem levado as pessoas com 60 anos ou mais a assumirem papéis não esperados pela literatura nem pelas políticas, diminuindo a associação entre envelhecimento e dependência.

A queda da mortalidade conjugada às melhorias nas condições de saúde provocadas por uma tecnologia médica avançada, bem como a universalização da seguridade social, maior acesso a serviços de saúde e outras mudanças tecnológicas levaram o idoso brasileiro a ter sua expectativa de vida aumentada, a

ter um reduzido grau de dependência, a poder chefiar mais suas famílias e a viver menos em casa de parentes (CAMARANO, 2002).

Estima-se que o Brasil alcançará mais de 30 milhões de pessoas com 60 anos ou mais nas próximas duas décadas, correspondendo à 6ª maior população idosa do mundo (OPAS, 2002). Esta dimensão numérica aponta para o crescimento do número de famílias nas quais existe pelo menos um idoso e para aumento do número de famílias com três gerações convivendo no mesmo domicílio, caracterizando mudanças nos arranjos familiares brasileiros.

Camarano (2002) vem assinalando que os novos arranjos familiares mais complexos estão se formando pelo número de gerações co-residindo no domicílio. Segundo ela, em 1982, predominava o arranjo familiar de duas gerações, composto principalmente por chefes e filhos (42%) e de chefes sem filhos, mas com netos (8%). Entre 1992 e 2002, a família de três gerações apresenta um aumento com proporções indo de 17,5% para 19,3%. Em relação à proporção de famílias com adultos não-chefes e não-cônjuges se observam que em 1982, 47,3% das famílias de idosos contavam com pelo menos um adulto nesta condição. Em 1992 esta proporção passou para 49,0% e em 2002, para 49,3%.

O conceito de família segundo IBGE: É o conjunto de pessoas ligadas por laços de parentesco, dependência doméstica ou normas de convivência, residente na mesma unidade domiciliar, ou pessoa que mora só em uma unidade domiciliar. Entende-se por dependência doméstica a relação estabelecida entre a pessoa de referência e os empregados domésticos e agregados da família, e por normas de convivência as regras estabelecidas para o convívio das pessoas que moram juntas, sem estarem ligadas por laços de parentesco ou dependência doméstica. Consideram-se como famílias conviventes as constituídas de, no mínimo, duas pessoas cada uma, que residam na mesma unidade domiciliar (domicílio particular ou unidade de habitação em domicílio coletivo).

Peixoto (2004) destaca que diante do aumento das taxas de desemprego e de divórcio, a casa dos pais se transformou em um lugar de suporte econômico e afetivo, tanto para os netos quanto para os filhos. Face às necessidades dos filhos, os pais aposentados retornam (ou continuam) ao mercado de trabalho. Destaca também a inversão dos papéis sociais nas famílias brasileiras, na medida em que seus filhos adultos dependem mais de seus velhos pais.

Dados do Ministério das Relações Exteriores do Brasil (2002) analisam a inserção de pessoas idosas nas famílias, que enquanto, em 1998, apenas 7,9% da população brasileira tinha 60 anos ou mais, 23,2% do total das famílias brasileiras e 22,5% dos domicílios tinham pelo menos uma pessoa naquela faixa etária, e que as famílias brasileiras com idosos estão em melhores condições econômicas que as demais: são relativamente menos pobres e seus membros dependem em menos grau da renda do chefe da família. Isto se deve, em grande parte, aos arranjos familiares que estabelecem diferentes relações de dependência econômica entre os membros das famílias e aos benefícios advindos da Seguridade Social.

Vários autores destacam a importância que o rendimento auferido pelas pessoas com 60 anos ou mais tem sobre a composição das rendas domiciliares, diminuindo o grau de pobreza. Conforme destaca Pinheiro & Braga (1999) as famílias com idosos apresentam, em média, renda 14,5% maior do que as famílias sem idosos. Brant (2001) em seu estudo, aponta que 56,6% dos domicílios com beneficiários da previdência, o chefe da família é o idoso, que, com a renda transferida pelo sistema previdenciário, garante o sustento de sua família, enquanto que, no total das famílias, somente 20% têm chefes idosos. Complementando esta afirmação o Ministério das Relações Exteriores do Brasil (2002) através de dados estatísticos, faz-se uma comparação entre a participação da população idosa na PEA total brasileira em 1981, que se aproximava de 4,0% e passou para 6,0% em 1998, caracterizando o perfil do idoso aposentado que trabalha.

O relatório nacional brasileiro do Ministério das Relações Exteriores (2002) sobre o envelhecimento conclui que, em 1998, os idosos estavam em melhores condições econômicas do que outros segmentos populacionais, como os jovens: ganhavam mais e contribuíam significativamente na renda dos domicílios.

Nas famílias em que os idosos são chefes, encontra-se uma proporção expressiva de filhos morando juntos, proporção esta crescente no tempo (CAMARANO, 1999). Como uma parcela importante depende da renda do idoso, a redução ou aumento dos benefícios previdenciários não atinge apenas os indivíduos, mas as estruturas familiares. Essa observação é importante porque o perfil do Sistema Previdenciário construído tem influência sobre a distribuição futura da renda dos domicílios.

No estudo de Camarano (1999), foi observado que as famílias brasileiras com idosos estão em melhores condições que as demais. Por isso, reconhece-se a importância dos benefícios previdenciários e dos rendimentos auferidos pela participação em atividades econômicas das pessoas com 60 anos ou mais, que operam significativamente na composição das rendas domiciliares. Parte expressiva da população economicamente ativa idosa de 1997 era composta de pessoas aposentadas, parcela essa crescente ao longo do tempo. Para pesquisadora, essa é uma característica muito particular da sociedade brasileira.

Segundo a mesma autora, o aumento da exclusão e da limitação das oportunidades para os jovens no mercado de trabalho, que tem sido expresso, pelas altas taxas de desemprego da população adulta jovem. A taxa de desemprego da população de 15 a 24 anos passou de 6,2% em 1981 para 19,1% em 1999, exigindo dos pais destes jovens, provavelmente idosos, um apoio material adicional.

Neste estudo propomos uma discussão acerca da atividade econômica dos idosos e o impacto sobre a composição das rendas domiciliares nos municípios do RS. Para que possamos entender as diferenças sócio-econômicas entre os municípios e relacionar com a atividade econômica dos idosos, é fundamental a compreensão de alguns aspectos relacionados com a participação dos idosos no mercado de trabalho, os quais são discutidos a seguir.

### **3 ATIVIDADE ECONÔMICA DAS PESSOAS COM 60 ANOS OU MAIS**

Conforme já foi mencionado, o Brasil, há muitos anos, vem apresentando uma taxa de crescimento da população de mais de 60 anos maior do que a da população total. No contexto demográfico atual, 9,1% da população brasileira têm mais de 60 anos (IBGE, 2000).

O declínio progressivo dos níveis de fecundidade brasileiro em curto espaço de tempo, implicou em uma redução importante na taxa de crescimento populacional, o que resultou em um declínio na população mais jovem (menores que 15 anos) e uma duplicação do peso da população idosa (60 anos ou mais) entre 1950 e 2000. Este fenômeno constitui um desafio para garantia dos atuais e futuros níveis de bem-estar da população brasileira através da criação de empregos e a absorção produtiva dos amplos contingentes de população economicamente ativa (PEA).

As estatísticas atuais informam que, hoje, mais de um terço da população com 60 anos ou mais (seja aposentada ou não) ainda trabalha. As razões são claras: idade precoce da aposentadoria e aumento da longevidade, mas, principalmente, de pensões de aposentadorias muito baixas que não permitem aos aposentados usufruir o tempo de repouso e, de um sistema de previdência social precário, incapaz de atender convenientemente a esta população (PEIXOTO, 2004).

#### **3.1 O trabalho e o envelhecimento populacional**

O envelhecimento populacional gerou mudanças no perfil etário dos trabalhadores e no redirecionamento das relações de trabalho em praticamente todo

mundo.

Em uma visão tecnicista, como conceitua Cattani (1997): O trabalho pode ser entendido como o esforço físico ou mecânico, como energia despendida por seres humanos, animais, máquinas ou objetos, movidos por força da inércia. A energia colocada em movimento (o trabalho) tem por resultado a transformação de elementos em estado de natureza, ou ainda, a produção, manutenção e modificação de bens ou serviços necessários à sobrevivência humana.

O homem é um animal social, que, ainda hoje, através da variedade dos complexos ecológicos, através das diversidades de ritmo na marcha do progresso técnico de evolução na estrutura e no nível econômico das sociedades, se ocupa essencialmente de trabalho. O trabalho é um dominador comum e uma condição de toda vida humana na sociedade (PIERRE NA VILLE, 1973).

O mesmo autor cita Marx em “O Capital” para conceituar trabalho: “O trabalho, antes de tudo, é um ato que passa entre o homem e a natureza”. O trabalho é a transformação pelo homem, da natureza que por sua vez, reage sobre o homem, modificando-o. O conjunto das ações que o homem, com uma finalidade prática, com a ajuda do cérebro, das mãos, de instrumentos, de máquinas, exerce sobre a matéria, ações que, por sua vez, reagindo sobre o homem, modificam-no.

A força de trabalho é, portanto uma mercadoria, tal qual como o açúcar. A primeira avalia-se com o relógio, a segunda com a balança. Os operários trocam sua mercadoria - força de trabalho - pela mercadoria do capitalista - o dinheiro - e essa troca realiza-se na verdade em determinadas proporções: tanto dinheiro por tantas horas de utilização da força de trabalho (MARX, 1980).

Conclui-se então que a força de trabalho é, pois uma mercadoria que seu proprietário, o operário assalariado, vende ao capital para sobreviver. E é essa atividade vital que ele vende para um terceiro para conseguir os meios necessários para subsistência. Nesta perspectiva o trabalho não é parte de sua vida, é, antes, um sacrifício da sua vida.

O idoso aposentado necessita, muitas vezes, permanecer trabalhando por necessidade financeira, considerando-se que, para grande maioria dos brasileiros, os valores recebidos como aposentadoria não cobrem as suas necessidades de manutenção e de seus dependentes, principalmente quando cabe ao idoso o papel de mantenedor do domicílio.

Sujeitos com problemas econômicos, no momento em que se aposentam, podem ter sua renda insuficiente para sobrevivência. Esse fato é um forte motivo para mais de 4,6 milhões de idosos (1/3 dos idosos brasileiros) retornarem ao trabalho depois de aposentados (IBGE, 2002).

A análise acerca da inserção das pessoas com 60 anos ou mais em atividades econômicas para contribuir nas rendas de suas famílias, passa pela necessidade do entendimento do conceito de "idoso". Para Camarano (1999), o indivíduo idoso é uma construção obsoleta, que diante das construções sociais, parece não ter mais espaço. Senilidade, terceira idade, enfim, toda e qualquer construção teórica acerca do conceito de idoso tem funcionalidade no campo das políticas públicas, mas não se pode dizer o mesmo quando tratado à luz dos aspectos sociais e culturais nos quais a trajetória de vida projeta indivíduos diferentes. Segundo Camarano (1999), este conceito de envelhecer está ligado ao dinamismo, afastando a conotação depreciativa da velhice.

A associação entre envelhecimento e a dependência é uma visão estática que ignora os grandes avanços tecnológicos, principalmente na Medicina, e a ampliação da cobertura dos serviços de saúde e de seguridade social. Por outro lado às pessoas idosas podem contribuir significativamente para o desenvolvimento econômico e social através da participação em atividades econômicas.

Para Haddad (1986), o problema social da velhice no interior do modo capitalista de produção é, ao mesmo tempo, o modo de pensar capitalista. A ideologia da velhice é um elemento fundamental à reprodução das relações capitalistas na medida em que a produção das relações capitalistas implica na reprodução de idéias, valores, princípios e doutrinas. O conjunto de representações sobre a etapa final da vida humana é organizado segundo determinações básicas do modo capitalista de produção. As sociedades capitalistas transformam as pessoas em mercadorias, condenam o trabalhador à degradação durante toda sua trajetória.

Por outro lado, alguns autores destacam a importância do trabalho como uma maneira de evitar a depressão e a morte. “A ociosidade pode levar os velhos à depressão e esta à morte”, explicam alguns geriatras”. O trabalho é importante para manter vivo o indivíduo. O trabalho é o melhor prêmio que a vida pode oferecer ao homem. O que se faz preciso é trabalhar com entusiasmo e, sobretudo, com humor, pois desse é que nasce a sublime “alegria de viver” (BEAUVOIR, 1990).

Haddad (1986), aponta algumas contradições: O trabalho assalariado não é fonte de vida, trata-se na realidade de um processo de alienação, o trabalhador aposentado é forçado a ingressar no processo produtivo devido às condições precárias de sobrevivência, buscando manter-se vivo, não porque se realize através dele.

Destaca Santos (1990), alguns espaços de trabalho e/ou categorias profissionais, pelas suas especificidades próprias, em geral associadas ao “prestígio ou desprestígio social”, proporcionam atributos de qualificação e desqualificação. Em alguns casos, a qualificação é de tal forma representativa deste eu, que a aposentadoria apresenta-se como desarticuladora da identidade.

Pode-se dizer que a aposentadoria constitui, na realidade, o desfecho institucionalizado da exploração da força de trabalho. Aposenta os operários com base em seu salário, fruto do trabalho alienado e ao aposentá-lo, rebaixa ainda mais a remuneração de sua força de trabalho. Desta forma, obriga-os a se colocarem novamente no mercado de trabalho (DANIEL, 1979, p. 175-6).

A aposentadoria pode ser considerada como o desfecho dos anos de exploração. A aposentadoria rebaixa ainda mais os salários dos idosos, colocando-os novamente no mercado de trabalho. A previdência social é uma conquista dos trabalhadores, mas as leis que a regem são injustas, se colocando aos interesses de classes dominantes, não permitindo sanar ou diminuir as diferenças econômicas da população segurada. Faz com que os aposentados, para obterem condições mínimas de subsistência, sejam obrigados a retornarem ao trabalho.

Embora a parcela mais importante da renda dos idosos seja a renda da seguridade social, cuja contribuição tem aumentado com o tempo, o trabalho aporta também, uma parcela expressiva da renda dos idosos. Esta proporção é maior entre os homens. O trabalho é um indicador importante de autonomia e integração social. Entre os homens, 44,6% trabalhavam em 2001, sendo que 64,1% já eram aposentados. Uma outra maneira de avaliar o papel que os idosos vêm assumindo em termos de apoio às famílias na qual estão inseridos, é por meio da participação na renda familiar. Em 2001, nas famílias brasileiras que continham idosos, estes contribuíam com 60,2% da renda familiar. Além de contribuírem com a renda os idosos estão recebendo filhos adultos e netos em casa (FERREIRA, 2001).

O mesmo autor conclui que várias medidas afetam a decisão de aposentadoria dos indivíduos, por conseguinte, também causam impactos sobre a escolha entre permanecerem economicamente ativos a deixarem de integrar a força de trabalho. Mudanças na taxa de participação das pessoas com 60 anos ou mais, no mercado de trabalho, alteram, por sua vez, a oferta de trabalho global, conseqüentemente influenciam o nível de ocupação em outros grupos de idade.

Ainda que sejam incipientes e pouco numerosos os trabalhos que avaliam detalhadamente as condições sociais de vida dos idosos, alguns autores mostram que os idosos que apresentam renda domiciliar elevada, em maior proporção, são proprietários de casa própria e de uma forma muito importante, contribuem para a renda domiciliar, sendo que, em situação de crise econômica e desemprego, o seu rendimento é fundamental para família.

Ainda quanto à renda, Barros et al. (1999), analisando dados da PNAD de 1997, concluíram que a renda média dos idosos é, em geral, mais elevada que a renda per capita dos domicílios aos quais pertencem, e, por isso, a sua presença tem impacto positivo na redução da pobreza das famílias.

### **3.2 A participação das pessoas com 60 anos ou mais na população economicamente ativa – PEA**

O envelhecimento populacional experimentado pela população brasileira já está afetando a composição etária da população economicamente ativa (PEA). Camarano (2001) faz uma retrospectiva sobre os números na PEA. Em 1977; 4,5% da PEA brasileira era composta por idosos. Essa proporção passou 6% em 1998. Considerando o efeito das tendências demográficas, ou seja, o envelhecimento

populacional, pode-se esperar um crescimento intenso desse contingente, que pode vir a representar 13% da brasileira em 2020.

No mesmo estudo, Camarano destaca que parte expressiva da PEA idosa em 1998 era composta de idosos aposentados, parcela esta, crescente ao longo do tempo. No caso da PEA idosa masculina, 58,6% era constituída por aposentados que continuavam trabalhando.

Estudos demonstram que os idosos estão assumindo papéis na sociedade não esperados pela literatura e nem pelas políticas públicas. Estão se tornando importantes agentes de mudança social. Pessoas idosas estão contribuindo economicamente e socialmente: trabalham, chefiam suas famílias, recebem filhos adultos em casa, cuidam dos netos. Para alguns o envelhecimento trouxe independência, liberdade e socialização (CAMARANO, 2003).

Pode-se dizer que a participação do idoso em atividades econômicas provoca transformações na sociedade e é importante não só pelo seu impacto sobre a população economicamente ativa, mas também sobre a sua renda.

Os idosos com problemas econômicos no momento em que se aposentam, podem ter sua renda insuficiente para a sobrevivência. Este é um forte motivo para mais de 4,6 milhões de idosos (cerca de um terço dos idosos brasileiros) retornem ao trabalho depois de aposentados (IBGE, 2000).

Segundo Debert (1997), o idoso brasileiro, após 1980, tornou-se um ator político cada vez mais atuante na sociedade, ocupando espaço na mídia, ganhando

atenção na indústria do consumo, do lazer e turismo, não correspondendo à idéia de que, na terceira idade, é a fase onde as pessoas são excluídas da vida pública.

As modificações na pirâmide etária brasileira apontam para o envelhecimento da população, alterando significativamente o mercado de trabalho e modificando a estrutura produtiva, em consequência desta tendência, segundo Camarano (1999) e Sopena (2003), é possível afirmar que existe um aumento crescente na participação dos idosos no mercado de trabalho, provocando com os recursos da aposentadoria, mudanças na estrutura das rendas familiares.

Dados do IBGE (2000) demonstram um crescimento no contingente de idosos responsáveis pelos domicílios de 1991 para 2000. Em 1991, este número era igual a 6,4 milhões de idosos, já em 2000, houve um aumento de 40% neste contingente, passando para 8,96% de idosos responsáveis pelos domicílios no Brasil.

De acordo com o mesmo estudo, observamos que a má distribuição de renda brasileira ocorre também entre os idosos. Ocorrem desigualdades no rendimento médio entre as áreas urbanas e rurais e entre as regiões geográficas. O rendimento médio dos idosos em 2000, comparativamente a 1991, aumentou em 54,9% na área urbana e 76,8% na área rural, verificando-se um crescimento da remuneração média dos idosos.

Com o envelhecimento populacional é esperado um número cada vez maior de aposentados. Segundo dados retratados nas PNADs em 1978, os homens aposentados representavam 26% da população masculina e, de acordo com dados disponíveis em 1999, estes correspondiam a 33%. Concomitantemente ao crescimento da participação de aposentados, constata-se a elevação na taxa de atividade econômica destes. Neste período a taxa de atividade tanto de homens

quanto de mulheres aposentados aumentou em 10 pontos percentuais (LIBERATO, 2002).

Segundo dados da PNAD em 1998, os idosos contribuíam em média, com aproximadamente 53% do rendimento familiar. Embora parte deste rendimento fosse dos benefícios previdenciários, a contribuição da renda do trabalho chegava a 29% da renda do idoso.

A participação do idoso brasileiro no mercado de trabalho é alta, considerando os padrões internacionais. Isto está relacionado a uma particularidade específica do mercado de trabalho brasileiro, que é a inserção do aposentado. Mais da metade dos idosos do sexo masculino e 1/3 do sexo feminino que estavam no mercado de trabalho eram aposentados em 1998 (CAMARANO, 2001).

Em 1999, 54,1% da renda de um homem idoso provinha da aposentadoria, enquanto 35,6% era oriunda do trabalho. Para as mulheres, a aposentadoria representava 44,3%, a pensão contribuía com 33,3% e apenas 12,0% provinha do rendimento do trabalho (IBGE, 2000).

A grande maioria dos aposentados pelo Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) recebe valores baixos, que vão diminuindo a cada ano, porque a atualização desses valores não corresponde à inflação real, perdendo o poder aquisitivo. Por isso, o idoso aposentado recorre novamente ao trabalho: formal, de preferência ou informal; se não houver outra alternativa (CAMARANO, 2001).

Pérez (2005), em sua pesquisa, cita alguns autores como Popolo (2001) que aponta possíveis causas da alta participação dos idosos no mercado de trabalho.

Nos países em desenvolvimento, no caso específico do Brasil, a cobertura previdenciária é elevada, porém o valor médio do benefício é relativamente baixo e este benefício não está associado a nenhuma exigência. Quanto ao não exercício do trabalho, aqueles que possuem condições básicas para isso, passam a acumular, nas idades avançadas, rendimentos do trabalho e da aposentadoria. Dessa forma, no Brasil, o idoso é uma peça essencial na composição da renda de sua família.

Corroborando com este argumento, Dutt-Ross (2005), em sua tese, elenca alguns autores como Simões (2004), Camarano e Ghaouri (2003) e Peixoto (2004), os quais mostram que o comportamento econômico dos idosos aponta para necessidade de assegurar não somente a própria manutenção, mas também continuar contribuindo para o orçamento familiar. Observam uma inversão dos papéis sociais nas famílias brasileiras, na medida que os filhos adultos dependem mais de seus pais, permitindo a elevação do poder de compra de toda família.

A associação entre envelhecimento e dependência é uma visão estática que ignora os grandes avanços tecnológicos, principalmente na medicina e a ampliação da cobertura dos serviços de saúde e da seguridade social. Alguns estudos consideram que as pessoas idosas podem contribuir significativamente para o desenvolvimento econômico e social e para o bem-estar das suas famílias e das comunidades. Por contribuição advinda da população idosa, entende-se a continuação da atividade econômica, a contribuição no orçamento familiar, a provisão da acomodação, o cuidado com os netos (HELPAGE INTERNACIONAL, 1999).

No Brasil, os idosos de hoje experimentaram grande parte de sua vida ativa em um momento mais favorável da economia, o que lhe permite um emprego estável ao longo de sua vida ativa e a compra da casa própria, tornando-se em muitos casos, os provedores dos domicílios. É comum no Brasil, que o idoso

aposentado continue no mercado de trabalho e o jovem continue estudando. (CAMARANO, 2003).

Segundo Camarano (2002), nos últimos 20 anos, o idoso brasileiro teve sua expectativa de vida aumentada, reduziu o seu grau de deficiência física e mental, passou a chefiar mais suas famílias e a viver menos na casa de parentes. Também passou a receber um rendimento médio mais elevado, o que levou a uma redução do seu grau de pobreza e indigência.

A mesma autora destaca que nas famílias cujos idosos são chefes encontra-se uma expressiva proporção de filhos morando juntos. Essa situação deve ser analisada à luz das transformações pelas quais passa a economia brasileira: altas taxas de desemprego, violência de várias ordens, criminalidade, separações e gravidez precoce.

A crise econômica tem obrigado o idoso a perpetuar sua atividade laboral e depender menos dos outros membros da família. Camarano (2002) mostrou que as famílias que contêm idosos são menos pobres que as demais famílias.

O aumento no número de pessoas idosas, no total da população, faz com que demandas específicas deste segmento adquiram dimensões maiores exercendo pressão sobre a sociedade. A necessidade da implementação de ações e programas governamentais para atender e responder as necessidades.

O envelhecimento populacional necessita de políticas preventivas, comportamentais, de seguridade e de valorização relacionadas ao mercado de

trabalho, pois a participação das pessoas com 60 anos ou mais em atividades econômicas provocam modificações sócio-econômicas importantes nas sociedades.

No caso brasileiro, como cita Camarano (1999), esta relação entre envelhecimento e dependência tem se dado de uma forma complexa. As conseqüências das freqüentes crises econômicas experimentadas pela população brasileira e que tem atingido mais a população jovem, colocam os benefícios do idoso, como fundamentais na redução do grau de pobreza das famílias.

Como um dos mais velozes processos de envelhecimento demográfico entre os países mais populosos do mundo, o Brasil enfrenta um profundo desafio, que é o de conciliar o desenvolvimento econômico, assegurando a manutenção dos atuais níveis de bem-estar social geral e, ao mesmo tempo, reduzir os elevados níveis de pobreza e as diferenças sociais que tanto marcam o país.

Segundo Camarano (1999), a partir de uma ampla revisão das condições de vida da população idosa, é possível estabelecer que, de uma forma geral, o idoso brasileiro encontra-se em melhores condições de vida do que a população jovem. Os idosos tem rendimentos elevados, são em maior proporção proprietários de casa própria e contribuem de forma significativa para renda familiar, sobretudo devido ao rendimento dos homens, principalmente no que se refere ao rendimento do trabalho (Conceição, 1998; Wajnman et al., 1999). Em situação de crise econômica e desemprego, a contribuição dos idosos para o sustento familiar é fundamental.

A redistribuição da pirâmide etária, evidenciada pelo processo de envelhecimento da população, conforme estudo de Moreira (1997), por sua vez pode afetar profundamente a composição etária da população economicamente ativa (PEA). A entrada e saída de pessoas no mercado de trabalho dependem de fatores

sociais, culturais e econômicos que movem as pessoas, nas diferentes conjunturas, a participarem da atividade econômica. Assim, os dados da pesquisa mostram que na PEA, no período de 1993-2001, houve uma significativa expansão dos segmentos mais maduros, com idade entre 40-59 anos (50,1%) e sobretudo, com 60 anos e mais (54,1%), enquanto indivíduos entre 10-17anos apresentaram uma redução de 20,4%.

O mesmo estudo descreve que de fato, o papel do idoso no apoio econômico das famílias pode ser observado através de sua renda pessoal, na condição de chefia, a qual alcançava em 1997-2000, aproximadamente 53% da renda familiar. A formação de novos arranjos familiares, segundo a pesquisa de Moreira, desempenha papel importante no engajamento dos idosos em atividades econômicas. Diante de um mercado cada vez mais competitivo, onde os jovens encontram dificuldades em se colocar no mercado de trabalho, cabem aos com seus rendimentos, seja da aposentadoria, da pensão ou do trabalho, arcarem com boa parte do orçamento familiar.

O crescimento no percentual de idosos aposentados ou pensionistas que ainda trabalham, pode ser tomado como indicador de que o benefício pago ao assegurado seja insuficiente no provimento de suas necessidades básicas, forçando-o a continuar participando no mercado de trabalho para sobreviver, ou para tentar manter o mesmo padrão de vida, que foi adquirido ao longo da vida.

Segundo dados apresentados pela pesquisa do Conselho Estadual do Idoso do RS, em 1997, a ocupação da população idosa se dava na categoria do trabalhador não-especializado. Predominam atividades voltadas para agropecuária, produção extrativa vegetal e animal, indústria e construção civil, atividades administrativas, comércio e atividades auxiliares e ocupação mal definida. Cerca de 29% da população de idosos encontravam-se fora da população economicamente ativa (aposentados, não estão ocupados, doentes, não trabalham). O sexo feminino,

nesta pesquisa, apresentou minoria nos números da PEA entre os idosos, pelo fato das mulheres exercerem atividades restritas às lidas domésticas, ao trabalho da roça ou na própria empresa familiar sem vínculo.

Conforme dados da mesma pesquisa, parte significativa dos idosos sempre esteve fora da população economicamente ativa (PEA), o que pode ser atribuído a sua origem rural, à falta de trabalho especializado e ao grande contingente da população dedicada as atividades domésticas e não vinculadas à Previdência Social. Neste período 1/3 dos idosos não se aposentaram.

Segundo a Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios (PNAD) realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2002, existem mais de 13,5 milhões de aposentados dos quais quase 4,5 milhões continuam exercendo uma atividade, emprego formal ou informal. No entanto, dados da Síntese de Indicadores Sociais do IBGE indicam que este número pode ser bem maior; um em cada quatro brasileiros com 65 anos ou mais participaria do mercado de trabalho.

Após essas discussões, as quais embasam o nosso estudo, passamos para o capítulo 4, onde testamos o efeito de nossas variáveis de estudo sobre a composição da renda dos domicílios no Rio Grande do Sul.

## **4 DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NO RIO GRANDE DO SUL E A PARTICIPAÇÃO DOS IDOSOS**

O objetivo deste estudo é estabelecer uma relação quantitativa, utilizando variáveis referentes à taxa de participação das pessoas com 60 anos ou mais na PEA e renda média domiciliar per capita, nos municípios e regiões do RS, tendo como fonte os dados censitários do IBGE (2000). Queremos estabelecer uma relação, através de análises estatísticas descritivas e de regressão multivariada, que consiga definir o impacto da taxa de participação das pessoas com 60 anos ou mais sobre a renda média domiciliar nos municípios e regiões do RS.

Para apresentarmos as variáveis e suas respectivas análises estatísticas, utilizamos o software SPSS (Statistical Package for the Social Science). As medidas utilizadas para obtenção das informações são: taxa de participação das pessoas com 60 anos ou mais no RS, como variável independente principal; a renda média domiciliar per capita, como variável dependente. As outras variáveis independentes de controle são: IDHM, PIB *per capita*, tamanho da população, taxa de urbanização.

Apresentamos neste capítulo as estatísticas descritivas de cada variável de interesse, em que aparece a variável independente principal, a taxa de participação das pessoas com 60 anos ou mais na PEA; a variável dependente, renda média domiciliar per capita dos municípios do RS; e as variáveis independentes de controle já citadas.

### **4.1 A realidade da participação da população idosa no RS**

O Rio Grande do Sul, nos seus 467 municípios pesquisados em 2000,

apresentou uma população total de 10.187.798 pessoas, e uma população com 60 anos ou mais de 1.065.484 pessoas, representando 10,45% na população total.

Nos 467 municípios pesquisados, a taxa de participação das pessoas com 60 anos ou mais na PEA era de 20%, ou seja, 254.243 pessoas idosas encontravam-se envolvidas em atividades econômicas (IBGE, 2000).

Conforme podemos observar os dados na tabela 1 adiante, os maiores percentuais de idosos na população total encontram-se na mesorregião 6, Sudeste Rio-Grandense, a maior representatividade do Estado, inclusive quando analisamos o RS em todo seu universo, seguida pelas mesorregiões 1, Centro Ocidental Rio-Grandense e mesorregião 2, Centro Oriental Rio-Grandense.

A mesorregião 6, Sudeste Rio-Grandense em 2000, era composta por 23 municípios, distribuídos em uma extensão territorial de 42.539,65 Km<sup>2</sup>, estando localizada no extremo sul do estado do Rio Grande do Sul. Os municípios como Caçapava do Sul, Pelotas, Rio Grande, Chuí e Santa Vitória do Palmar fazem parte dessa mesorregião. Apresentou a menor expectativa de vida ao nascer, 70,6 anos, fazendo-se a região menos longeva do Estado. Em termos de desenvolvimento, esta mesorregião apresenta o menor PIB per capita do Estado e a menor renda média domiciliar per capita. A base econômica desta mesorregião é a agropecuária, com predomínio de grandes propriedades. O percentual significativo de idosos na mesorregião 6, talvez, seja explicado pela migração dos jovens para outras regiões em busca de melhores oportunidades.

A mesorregião 1, Centro Ocidental Rio-Grandense, segundo regionalização do IBGE, em 2000, era composta por 30 municípios, com extensão territorial de 25.954,68 Km<sup>2</sup>. Está localizada em uma das áreas mais centrais do Estado,

composta por municípios como Santa Maria, Santiago, São Sepé. Nas mesorregiões 1 e 2, Centro-Occidental Rio-Grandense e Centro-Oriental Rio-Grandense, encontramos o segundo maior percentual de idosos na população total. A mesorregião 2, Centro Oriental Rio-Grandense, composta por 49 municípios se constitui na região com menor área territorial do Estado, com 17.192,03 Km<sup>2</sup>, segundo regionalização do IBGE (dados de 2000). A região Centro-Oriental Rio-Grandense ocupa também parte da região central do Estado e comporta municípios como Candelária, Encantado, Santa Cruz do Sul e Venâncio Aires. A base da economia destas mesorregiões é a indústria, a agricultura (agroindústrias) e outros serviços.

Com relação à nossa variável independente principal, a proporção de pessoas com 60 anos ou mais na PEA, destacamos as seguintes regiões; em primeiro lugar a mesorregião 6, Sudeste Rio-Grandense seguida das mesorregiões 1, Centro Occidental Rio-Grandense e mesorregião 7, Sudoeste Rio-Grandense as quais apresentam os maiores percentuais de idosos envolvidos em atividades econômicas.

Analisando os dados descritos, a região Sudeste Rio-Grandense apresenta maior percentual de idosos na PEA e os piores indicadores de desenvolvimento, o que vai de encontro com nossas hipóteses, entretanto, devemos analisar como se manifesta em termos de causa e efeito esta relação considerando as demais variáveis de controle, no item 4.3 deste estudo.

Juntamente com as mesorregiões Centro Occidental Rio-Grandense (mesorregião 1) e a Sudeste Rio-Grandense (mesorregião 6), a mesorregião Sudoeste Rio-Grandense (mesorregião 7) representou maior percentual de idosos na PEA. A mesorregião 7, Sudoeste Rio-Grandense, em 2000, era composta pelo menor número de municípios (18). Está localizada na parte sudeste do Estado, fronteira com o Uruguai e é conhecida como a região da campanha. Destaca-se como a segunda maior extensão territorial do Estado, com 62.681,15 Km<sup>2</sup>.

Classificou-se como a segunda região com menor expectativa de vida, 71,6 anos. É uma região onde predominam atividades agropecuárias e grandes propriedades rurais.

Ao analisarmos os dados na tabela 1, podemos dizer que os maiores valores relacionados com a nossa variável dependente, em 2000, referentes à renda média domiciliar per capita, encontramos na mesorregião 4, seguida pelas mesorregiões 3 e 2. Na mesorregião 1, como já foi dito anteriormente, encontramos a menor renda média domiciliar per capita, porém com uma maior representatividade de idosos na PEA.

Na mesorregião Nordeste Rio-Grandense, a mesorregião 4, o PIB per capita e renda média domiciliar per capita alcançaram valores superiores às demais mesorregiões do Estado. Por outro lado, nesta mesorregião, constatamos um dos menores percentuais de idosos na população total e na população economicamente ativa. Corroborando com nossas hipóteses, em 2000, segundo Camarano (1999), a atividade econômica das pessoas com 60 anos ou mais tem influência significativa sobre a composição das rendas domiciliares. Esta mesorregião foi classificada como segunda mais populosa do RS e apresentou uma expectativa de vida, ao nascer, de 73,3 anos, sendo considerada a região mais longeva do Estado. A mesorregião 4, Noroeste Rio-Grandense, é composta por 50 municípios e possui uma área territorial de 25.854,28 Km<sup>2</sup>, (IBGE, 2000). Essa região está localizada na parte nordeste do Estado, e é composta por municípios tais como Caxias do Sul, Bento Gonçalves, Garibaldi, Lagoa Vermelha, São Francisco de Paula e São José dos Ausentes. A mesorregião 4, Nordeste Rio-Grandense e a mesorregião 3, Metropolitana de Porto Alegre destacam-se como as regiões com menor representatividade de idosos na PEA.

A mesorregião 3, Metropolitana de Porto Alegre, em 2000, representou o menor percentual de idosos na população total com relação às demais mesorregiões

do RS. Observamos, também, que, neste período, a renda média domiciliar per capita ocupou o segundo lugar dentre as mesorregiões e o PIB per capita foi o maior. A mesorregião Metropolitana de Porto Alegre é composta por 96 municípios, com uma área territorial de 29.734,98 Km<sup>2</sup>. Está localizada junto a capital do Estado (Porto Alegre), rodeada por municípios tais como Feliz, Montenegro, Gramado, Taquara e Xangrilá. Possui uma população superior a 1 milhão de habitantes. Apresenta como base da economia a indústria, o comércio e outros serviços. A população da região Metropolitana de Porto Alegre é constituída da parcela de pessoas em idade para trabalhar, ou seja, 67% da população economicamente ativa. Nesta mesorregião, podemos identificar melhores indicadores de desenvolvimento e menor percentual de idosos na PEA, o que vai de encontro com nossa hipótese principal.

A mesorregiões 6, Sudeste Rio-Grandese (menor PIB par capita), mesorregião 7, Sudoeste Rio-Grandense e mesorregião1, Centro Ocidental Rio-Grandense, são as regiões do RS que apresentaram as maiores taxas de participação de pessoas com 60 anos ou mais na PEA e valores referentes à renda média domiciliar per capita inferiores as demais mesorregiões do RS.

Segundo a tabela abaixo e as análises realizadas dos dados censitários de 2000 nas 7 mesorregiões do RS, podemos supor, contrariando as nossas hipóteses iniciais, que a proporção dos idosos na PEA, não necessariamente indica uma maior renda média domiciliar per capita, pois nas regiões onde observamos os maiores valores com relação à renda média domiciliar per capita e PIB per capita, as taxas de participação de idosos na PEA são menores que as demais mesorregiões do RS. Isto nos induz a pensar que em regiões mais empobrecidas, ou seja, aquela que apresentam PIB per capita e renda média domiciliar per capita inferiores, os idosos estejam envolvidos em atividades econômicas a fim de suprimem suas necessidades básicas, o que não chega a gerar um mercado consumidor capaz de alavancar ou promover o desenvolvimento regional.

Tabela 1: Estatísticas Descritivas das Variáveis no RS e nas Mesorregiões

Variáveis	Meso 1	Meso 2	Meso 3	Meso 4	Meso 5	Meso 6	Meso 7	RS
<b>N</b>	30	49	96	50	201	23	18	467
<b>População Total</b>	526.558	732.957	4.403.454	923.118	195.515	894.908	751.288	10.187.798
<b>Pop 60 anos e mais</b>	62.582	87.058	417.918	91.097	217.056	107.786	81.987	1.065.484
<b>Perc.Idosos</b>	11,88%	11,87%	9,49%	9,86%	11,09%	12,04%	10,91%	10,45%
<b>Expectativa de vida-média</b>	72,5	72,5	73,6	73,3	72,2	70,6	71,6	72,5
<b>PEA total</b>	248.363	403.534	2.216.827	502.971	1.037.467	413.907	341.453	5.164.522
<b>% Pessoas com 60 anos ou mais PEA</b>	25%	21%	18%	18%	20%	26%	24%	20%
<b>Total PEA com 60 anos ou mais</b>	14.639	25.098	83.228	24.942	64.635	22.718	18.983	254.243
<b>PIA</b>	330.241	464.932	2.828.519	602.265	1.224.188	560.956	456.486	7.367.587
<b>Percentual pop.jovem</b>	25,3	24,6	26,2	24,8	26,4	25,2	27,9	26,05
<b>Razao de Dep. Total</b>	0,59	0,57	0,55	0,53	0,60	0,59	0,63	0,50
<b>Razao de Dep. Idosos</b>	0,185	0,187	0,147	0,151	0,177	0,192	0,179	0,14
<b>Razao de Dep. Jovens</b>	0,404	0,389	0,409	0,381	0,423	0,403	0,457	0,36
<b>Pib per capita media</b>	6.074,89	7.385,68	8.108,09	8.534,71	6.081,27	5.665,88	6.953,52	6.910,22
<b>Taxa de urbanização</b>	78%	66%	92%	79%	79%	80%	86%	81%
<b>Numero de domicílios</b>	173.771	318.510	1.181.955	364.067	572.296	281.540	199.504	3.091.643
<b>Renda domiciliar per capita média</b>	232,72	252,74	277,70	336,15	216,29	235,33	240,50	248,50

Fonte: tabela elaborada pela autora a partir de dados do IBGE, 2000.

## 4.2 A Distribuição das Variáveis de estudo no RS

Antes de analisarmos o impacto da participação dos idosos em atividades econômicas no RS, devemos observar como se distribuem as variáveis do nosso estudo para que possamos garantir se é ou não adequado efetivar as análises a que nos propomos. Primeiramente cabe observar como se distribuem as variáveis aqui utilizadas.

Presume-se que as distribuições das variáveis de estudo no RS, como observamos na tabela 2, estejam normais dado que os desvios não são maiores que as médias, sendo, na maioria das vezes, a metade das médias. O que indica uma distribuição pouco dispersa e mais concentrada ao redor da média. O quociente entre o desvio-padrão e a média para cada uma das variáveis indica que o coeficiente de variabilidade não é expressivo, isto é, não existe uma grande dispersão nas medidas utilizadas neste estudo.

Tabela 2: Distribuições das Variáveis no RS

	Taxa de urbanização	PIB per capita	Proporção das pessoas com 60 anos ou mais na PEA	GINI-2000	IDHM-2000	Renda média domiciliar per capita	Média dos anos de estudo da pop. com 25 anos ou mais
<b>N</b>	467	467	467	467	467	467	467
<b>Média</b>	51,13	6.910,22	7,13	0,52	0,78	278,37	5,08
<b>Mediana</b>	46,89	6.136,19	6,77	0,52	0,78	267,20	4,95
<b>Desvio padrão</b>	26,29	3.923,87	2,83	0,59	0,36	101,62	0,82
<b>Valor mínimo</b>	0	2135	1,43	0,36	0,66	98,51	3,27
<b>Valor máximo</b>	100	66.050	18,89	0,80	0,87	1.197,22	8,86

Fonte: tabela elaborada pela autora a partir de informações recolhidas no IBGE, 2000.

Apresentaremos, nas tabelas a seguir, as distribuições das variáveis do nosso estudo nas 7 mesorregiões do RS e, posteriormente, a matriz de correlação entre as mesmas para cada mesorregião, bem como as análises de regressão.

A tabela 3 corresponde às distribuições das variáveis nas Mesorregiões do RS que são, respectivamente, as Mesorregiões Centro Ocidental Rio-Grandense, Centro Oriental Rio-Grandense, Metropolitana de Porto Alegre, Nordeste Rio-Grandense, Noroeste Rio-Grandense, Sudeste Rio-Grandense e Sudoeste Rio-Grandense. Nessa análise, podemos observar que as variáveis do estudo

apresentam comportamento semelhante àquele encontrado para o RS como um todo, ou seja, o desvio-padrão em cada uma das mesorregiões, analisadas em separado, apresenta-se menor que as médias, indicando uma distribuição pouco dispersa e mais concentrada ao redor da média.

Tabela 3: Distribuições das Variáveis nas Mesorregiões do RS

variáveis		Meso 1	Meso 2	Meso 3	Meso 4	Meso 5	Meso 6	Meso 7
<b>N</b>		30	49	96	50	201	23	18
<b>Taxa de urbanização</b>	<b>Média</b>	50,39	42,78	67,29	48,44	42,90	63,74	72,31
	<b>Mediana</b>	44,59	35,20	77,54	43,80	39,39	60,52	83,68
	<b>Desvio-padrão</b>	23,11	25,92	29,80	24,07	20,84	22,93	22,87
<b>PIB per capita</b>	<b>Média</b>	6.074,89	7.385,68	8.108,09	8.534,71	6.081,27	5.665,88	6.953,52
	<b>Mediana</b>	5.748,26	6.543,54	6.896,42	7.563,75	5.661,64	5.226,93	6.041,34
	<b>Desvio-padrão</b>	1.698,20	3.410,83	6.873,16	3.234,21	1.996,51	2.021,22	3.161,22
<b>Proporção das pessoas com 60 ou mais na PEA</b>	<b>Média</b>	7,74	8,18	5,58	8,04	7,46	6,54	6,02
	<b>Mediana</b>	7,79	7,00	4,67	6,82	7,32	6,36	5,95
	<b>Desvio-padrão</b>	1,98	3,59	3,27	3,29	2,22	1,77	1,08
<b>Gini-2000</b>	<b>Média</b>	0,55	0,48	0,48	0,48	0,53	0,56	0,58
	<b>Mediana</b>	0,56	0,48	0,49	0,48	0,53	0,56	0,59
	<b>Desvio-padrão</b>	0,04	0,05	0,06	0,04	0,04	0,06	0,03
<b>IDHM-2000</b>	<b>Média</b>	0,77	0,77	0,79	0,80	0,77	0,76	0,77
	<b>Mediana</b>	0,77	0,78	0,80	0,81	0,78	0,76	0,77
	<b>Desvio-padrão</b>	0,02	0,05	0,06	0,37	0,03	0,02	0,02
<b>Renda média domiciliar per capita</b>	<b>Média</b>	271,87	282,07	308,37	350,81	242,11	270,86	332,44
	<b>Mediana</b>	273,27	278,12	299,18	339,85	232,65	259,40	282,15
	<b>Desvio-padrão</b>	87,57	78,54	88,76	105,36	81,53	70,44	229,37
<b>Média dos anos de estudos da pop. com 25 anos ou mais</b>	<b>Média</b>	5,09	4,85	5,36	5,25	4,93	4,87	5,60
	<b>Mediana</b>	5,14	4,56	5,38	5,09	4,84	4,79	5,70
	<b>Desvio-padrão</b>	0,78	0,83	0,92	0,78	0,71	0,95	0,84

Fonte: tabela elaborada pela autora a partir de dados gerados a partir do IBGE, 2000.

Antes de realizarmos as análises de regressão para mensurar o nível de dependência entre a renda domiciliar per capita média e as demais variáveis explicativas vamos apresentar a matriz de correlação entre estas variáveis. Esta

matriz tem como objetivo determinar o grau de dependência entre as variáveis analisadas, a partir do nível de significância. A matriz de correlação de Pearson tendo como base de dados para todos os municípios do RS em 2000, os resultados aparecem na tabela 4, a seguir.

Para entendermos a leitura da tabela abaixo, que mostra os coeficientes da matriz de correlação de Pearson, devemos observar que valores mais perto de 1 ou de -1 indicam que as oscilações entre variáveis, correspondentes às respectivas linhas e colunas, tem um comportamento semelhante. Os coeficientes da correlação mais perto de zero, indicam que as oscilações de uma variável não acompanham as oscilações de outra variável. Neste caso uma não interfere na outra. Valores negativos sugerem que as variações entre as respectivas medidas são inversamente proporcionais, isto é, o aumento de uma acompanha o decréscimo da outra. Convém salientar que essas medidas relacionam as variáveis duas a duas sem se preocupar com qualquer influência das demais.

Na tabela 4 podemos observar uma significativa correlação entre a variável dependente, renda média domiciliar per capita e as demais variáveis independentes, tratadas individualmente, com exceção do índice de gini. Os coeficientes de correlação desta linha são positivos, o que quer dizer que o crescimento da renda média domiciliar per capita é diretamente proporcional ao crescimento de cada uma das variáveis consideradas. O coeficiente de correlação entre a renda média domiciliar per capita e a taxa de participação das pessoas com 60 anos ou mais na PEA é positivo ( $r=0,146$ ), isto quer dizer que quanto maior é a renda média domiciliar per capita, maior é taxa de pessoas com 60 anos ou mais na PEA no estado do Rio Grande do Sul. Com relação ao índice de gini ( $r=0,041$ ), percebemos uma correlação de baixa magnitude.

Observamos a existência de um problema de alta correlação entre a variável anos de estudo e as variáveis taxa de urbanização e IDHM, por isso aquela primeira

variável não será utilizada nas análises de regressão. Isso porque não podemos deixar que as variáveis independentes tenham alta correlação entre elas, o que causa multicolinearidade e viola um dos pressupostos da análise de regressão.

Tabela 4: Matriz de Correlação de Pearson entre as variáveis do estudo no RS

	Taxa de urbanização	PIB per capita médio	Proporção de pessoas com 60 anos ou mais na PEA	IDHM-2000	Gini-2000	Renda domiciliar per capita média	Média dos anos de estudos da pop. com 25 anos ou mais
Taxa de urbanização	1	0,192*	-0,573*	0,449*	0,164*	0,427*	0,760*
PIB per capita médio	0,192*	1	-0,107*	0,363*	-0,181*	0,218*	0,258*
Proporção das pessoas com 60 anos ou mais na PEA	-0,573*	-0,107*	1	-0,080	-0,189*	0,146*	-0,377*
IDHM-2000	0,449*	0,363*	-0,080	1	-0,283*	0,590*	0,744*
GINI-2000	0,164*	-0,181*	-0,189*	-0,283*	1	0,041	0,025
Renda domiciliar per capita média	0,427*	0,218*	0,146*	0,590*	0,041	1	0,614*
Média dos anos de estudos da pop. com 25 anos ou mais	0,760*	0,258*	-0,377*	0,744*	0,025	0,614*	1

Fonte: tabela adaptada pela autora dos resultados gerados pelo software SPSS.

### 4.3 O Impacto da participação dos idosos na renda domiciliar no RS

O fato de conhecermos o coeficiente de correlação entre duas variáveis não nos diz se a dependência entre estas duas variáveis é significativa, isto é, se o comportamento da dependente pode ser explicado, em parte ou totalmente, pelo comportamento da independente. A estatística usada para testar o grau de dependência é o coeficiente de determinação  $R^2$  e o modelo de teste é a análise de variância (Anova). O coeficiente de determinação pode ser interpretado como a porcentagem da variável dependente que pode ser explicada pela equação de regressão estimada pelas variáveis independentes. Muitos analistas preferem ajustar

este  $R^2$  ao número de variáveis independentes para evitar superestimar o impacto de adicionar uma variável independente na quantia de variabilidade explicada na equação de regressão estimada; a medida resultante é denominada coeficiente de determinação ajustado.

Usamos também o teste t, que usa o valor de beta e o nível de significância associado a este valor beta, para verificar a dependência. O nível de significância serve para dizer se há correlação significativa na população de onde a amostra foi extraída. Contudo, neste estudo trabalhamos com toda a população (dados censitários) por isso a significância não tem importância, somente a magnitude e o sinal dos coeficientes. Para obtermos resultados entre a variável dependente e as outras variáveis usamos os conceitos básicos de análise de regressão baseado no modelo linear.

Queremos verificar se a nossa variável independente principal (percentual de idosos na PEA) e cada uma das variáveis independentes ou explicativas são significativas para explicar variações na renda média domiciliar per capita observada em cada município pesquisado.

Podemos observar, na tabela abaixo, que o coeficiente de correlação múltipla ou coeficiente de determinação ajustado ( $R^2$ ), nos indica que 38% da variação da renda média domiciliar per capita é explicada pela proporção de pessoas com 60 anos ou mais na PEA, pelo PIB per capita, pelo IDHM e pela taxa de urbanização. O PIB *per capita* apareceu como a única variável não estatisticamente significativa, mas conforme já dissemos o nível de significância em nosso estudo é irrelevante, porque trabalhamos com dados censitários e não amostrais. Quanto às magnitudes dos efeitos de cada variável individualmente controlando-se pelas demais, podemos observar que todas tem um efeito positivo na renda média domiciliar per capita.

Tabela 5: Análise de regressão sobre a renda média domiciliar *per capita* no RS

	Coeficientes não padronizados		Coeficientes padronizados		Sig.
	B	Erro padrão	Beta	t	
(Constante)	-864.597	90.597		-9.543	0,000
Taxa de urbanização	0,822	0,199	0,213	4.141	0,000
PIB per capita médio	3.77E-005	0,001	0,001	0,037	0,971
IDHM-2000	1399.759	125.851	0,496	11.122	0,000
Proporção das pessoas com 60 anos ou mais na PEA	2.555	1.253	0,016	2.046	0,003
<b>R<sup>2</sup> ajustado = 0,381</b>					

Fonte: tabela adaptada pela autora dos resultados gerados pelo software SPSS.

#### 4.4 O Impacto da participação dos idosos na renda domiciliar nas Mesorregiões do RS

##### 4.4.1 O impacto da participação dos idosos na renda domiciliar na Mesorregião Centro Ocidental Rio-Grandense

A tabela 6 mostra que, na mesorregião 1, o coeficiente de correlação entre as variáveis renda média domiciliar per capita e a taxa de participação dos idosos na PEA é de magnitude pouco expressiva e negativo ( $r = -0,104$ ). Isto quer dizer que quanto maior a taxa de participação dos idosos na PEA, menor é a renda média domiciliar per capita na Mesorregião Centro Ocidental Rio-Grandense.

Observamos, também, uma correlação negativa entre a variável dependente, renda média domiciliar per capita, e a variável independente de controle, PIB *per*

*capita* médio ( $r = -0,154$ ), ou seja, a medida que o PIB *per capita* cresce, a renda média domiciliar per capita diminui. Com relação à taxa de urbanização, observamos o oposto, o coeficiente de correlação é de magnitude mediana e positiva.

Entre a variável dependente, renda média domiciliar per capita e as demais variáveis independentes de controle, o IDHM ( $r = 0,736$ ) e a média dos anos de estudos das pessoas com 25 anos ou mais ( $r = 0,613$ ), observamos uma alta correlação. Observamos também a existência de um problema de alta correlação entre as variáveis anos de estudo e as variáveis taxa de urbanização e IDHM, por isso aquela não será utilizada nas análises de regressão.

Tabela 6: Matriz de Correlação de Pearson entre as variáveis de estudo na Mesorregião Centro Ocidental Rio-Grandense

	Taxa de urbanização	PIB per capita médio	Proporção das pessoas com 60 anos ou mais na PEA	IDHM-2000	GINI-2000	Renda domiciliar per capita média	Média dos anos de estudo da pop. com 25 anos ou mais
Taxa de urbanização	1	-0,321	-0,460*	0,570*	0,176	0,446*	0,770*
PIB per capita médio	-0,321	1	0,101	0,005	-0,041	-0,154	-0,337
Proporção das pessoas com 60 anos ou mais na PEA	-0,460*	0,101	1	-0,211	-0,273	-0,104	-0,302
IDHM-2000	0,570*	0,005	-0,211	1	0,145	0,736*	0,802*
GINI-2000	0,176	-0,041	-0,273	0,145	1	0,370*	-0,008
Renda domiciliar per capita média	0,446*	-0,154	-,104	0,736*	0,370*	1	0,613*
Média dos anos estudo da pop. com 25 anos ou mais	0,770*	-0,337	-0,302	0,802*	-0,008	0,613*	1

Fonte: tabela adaptada pela autora a partir dos resultados gerados pelo software SPSS

Na análise de regressão para Mesorregião Ocidental Rio-Grandense descrita na tabela 7, podemos observar que o coeficiente de determinação ajustado ( $R^2$ ) indica que 57% da variação da renda média domiciliar per capita é explicada pela proporção das pessoas com 60 anos ou mais na PEA, pelo PIB per capita médio,

IDHM e pela taxa de urbanização. O IDHM aparece como a variável estatisticamente significativa. As demais variáveis independentes, taxa de urbanização, PIB per capita médio e proporção de idosos na PEA, com relação às magnitudes dos efeitos de cada variável individualmente, têm um efeito positivo na renda média domiciliar *per capita*.

Tabela 7: Análise de regressão sobre a renda domiciliar *per capita* média na Mesorregião Ocidental Rio-Grandense

	Coeficientes não padronizados		Coeficientes padronizados		Sig.
	B	Erro padrão	Beta	t	
(Constante)	-1641.946	397.623		-4.129	0,000
Taxa de urbanização	0,025	0,723	0,007	0,035	0,973
PIB per capita médio	0,009	0,007	0,167	1.168	0,254
IDHM-2000	2498.582	545.470	0,755	4.581	0,000
Proporção das pessoas com 60 anos ou mais na PEA	3.065	1.556	0,069	1.970	0,050
<b>R<sup>2</sup> ajustado = 0,571</b>					

Fonte: tabela adaptada pela autora dos resultados gerados pelo software SPSS.

#### 4.4.2 O impacto da participação dos idosos na renda domiciliar na Mesorregião Centro Oriental Rio-Grandense

A tabela 8 mostra a matriz de correlação entre as variáveis de estudo na mesorregião Centro-Oriental Rio-Grandense. Observamos que o coeficiente de relação entre a variável dependente, renda média domiciliar per capita e a variável independente principal, taxa de participação dos idosos na PEA, é negativo e fraco ( $r = -0,002$ ). O coeficiente de correlação negativo indica que o aumento da taxa de participação dos idosos na PEA acompanha o decréscimo na renda média domiciliar per capita na Mesorregião Centro Oriental Rio-Grandense.

Com relação às variáveis independentes de controle, percebemos que a renda média domiciliar per capita apresenta uma correlação positiva e de magnitude mediana ( $r= 0,546$ ) com a taxa de urbanização e ( $r= 0,557$ ) com PIB *per capita*. Isto quer dizer que quanto maior a taxa de urbanização e o PIB *per capita*, maior a renda média domiciliar na Mesorregião 2.

Tabela 8: Matriz de Correlação de Pearson entre as variáveis de estudo na Mesorregião Centro Oriental Rio-Grandense

	Taxa de urbanização	PIB <i>per capita</i> médio	Proporção das pessoas com 60 anos ou mais na PEA	IDHM-2000	GINI-2000	Renda domiciliar <i>per capita</i> média	Média dos anos de estudo das pessoas com 25 anos ou mais
Taxa de urbanização	1	0,487*	-0,351*	0,572*	0,103	0,546*	0,861*
PIB <i>per capita</i> médio	0,487*	1	-0,028	0,680*	-0,223	0,577*	0,691*
Proporção das pessoas com 60 anos ou mais na PEA	-0,351*	-0,028	1	0,150	-0,374*	-0,002	-0,281
IDHM-2000	0,572*	0,680*	0,150	1	-0,336*	0,619*	0,760*
GINI-2000	0,103	-0,223	-0,374*	-0,336*	1	0,110	-0,068
Renda domiciliar <i>per capita</i> média	0,546*	0,577*	-0,002	0,619*	0,110	1	0,671*
Média dos anos de estudos das pessoas com 25 anos ou mais	0,861*	0,691*	-0,281	0,760*	-0,068	0,671*	1

Fonte: tabela adaptada pela autora a partir dos resultados gerados pelo software SPSS

Na tabela 9, observamos a análise de regressão para mesorregião 2. O coeficiente de correlação múltipla ou coeficiente de determinação ajustado ( $R^2$ ) nos indica que 46% da variação na renda média domiciliar *per capita* é explicada pela proporção de idosos na PEA, pelo PIB *per capita*, IDHM e pela taxa de urbanização. As variáveis independentes, taxa de urbanização, PIB per capita médio e IDHM

apresentaram comportamento semelhante, ou seja, apontam para um efeito positivo na renda média domiciliar per capita. A proporção de idosos na PEA, nesta análise, tem um menor impacto na renda domiciliar *per capita* média.

Tabela 9: Análise de regressão sobre a renda média domiciliar *per capita* na Mesorregião Centro Oriental Rio-Grandense

	Coeficientes não padronizados		Coeficientes padronizados		
	B	Erro padrão	Beta	t	Sig.
(Constante)	-353.781	304.692		-1.161	0,252
Taxa de urbanização	0,894	0,486	0,295	1.840	0,073
PIB <i>per capita</i> médio	0,005	0,004	0,215	1.396	0,170
IDHM-2000	704.939	434.110	0,294	1.624	0,112
Proporção das pessoas com 60 anos ou mais na PEA	2.386	0,912	0,064	2.616	0,002
R <sup>2</sup> ajustado = 0,462					

Fonte: tabela adaptada pela autora dos resultados gerados pelo software SPSS.

#### 4.4.3 O impacto da participação dos idosos na renda domiciliar na Mesorregião Metropolitana de Porto Alegre

Na tabela 10, observamos que o coeficiente de correlação entre a renda média domiciliar per capita e a taxa de participação dos idosos na PEA é positiva, porém de magnitude relativamente expressiva ( $r = 0,262$ ), indicando que quanto maior a taxa de participação dos idosos em atividades econômicas, maior será a renda média domiciliar per capita na Mesorregião Metropolitana de Porto Alegre. A correlação com as demais variáveis independentes de controle, taxa de urbanização e PIB *per capita* médio indicam também uma correlação positiva.

Tabela 10: Matriz de Correlação de Pearson entre as variáveis de estudo na Mesorregião Metropolitana de Porto Alegre

	Taxa de urbanização	PIB <i>per capita</i> médio	Proporção das pessoas com 60 anos ou mais na PEA	IDHM-2000	GINI-2000	Renda domiciliar <i>per capita</i> média	Média dos anos de estudo das pessoas com 25 anos ou mais
Taxa de urbanização	1	0,177	-0,721*	0,456*	0,164	0,418*	0,739*
PIB <i>per capita</i> médio	0,177	1	-0,164	0,190	0,002	0,104	0,154
Proporção das pessoas com 60 anos ou mais na PEA	-0,721*	-0,164	1	-0,246*	-0,177	0,262*	-0,500*
IDHM-2000	0,465*	0,190	-0,246*	1	-0,121	0,548*	0,782*
GINI-2000	0,164	0,002	-0,177	-0,121	1	0,302*	0,193
Renda domiciliar <i>per capita</i> média	0,418*	0,104	0,262*	0,548*	0,302*	1	0,702*
Média dos anos de estudos das pessoas com 25 anos ou mais	0,739*	0,154	-0,500*	0,782*	0,193	0,702*	1

Fonte: tabela adaptada pela autora a partir de resultados gerados pelo software SPSS

Na mesorregião Metropolitana de Porto Alegre, conforme a análise de regressão na tabela abaixo, o coeficiente de correlação múltipla ( $R^2$ ) indica que 33% da variação da renda média domiciliar *per capita* é explicada pela proporção das pessoas com 60 anos ou mais na PEA, PIB per capita, IDHM e taxa de urbanização. O IDHM e a proporção das pessoas com 60 anos ou mais na PEA apresentam-se como as variáveis estatisticamente significativas. Com relação à magnitude dos efeitos de cada variável, observamos que as mesmas têm um efeito positivo na renda média domiciliar per capita. A variável independente principal, proporção de idosos na PEA apresenta menor impacto sobre a renda média domiciliar per capita.

Tabela 11: Análise de regressão sobre a renda média domiciliar *per capita* na Mesorregião Metropolitana de Porto Alegre

	Coeficientes não padronizados		Coeficientes padronizados		
	B	Erro padrão	Beta	t	Sig.
(Constante)	-758.093	211.122		-3.591	0,001
Taxa de urbanização	0,616	0,407	0,207	1.515	0,133
PIB <i>per capita</i> médio	0,000	0,001	0,020	0,224	0,823
IDHM-2000	1287.622	278.918	0,455	4.616	0,000
Proporção das pessoas com 60 anos ou mais na PEA	3.113	1.390	0,004	2.233	0,003
<b>R<sup>2</sup> ajustado = 0,335</b>					

Fonte: tabela adaptada pela autora dos resultados gerados pelo software SPSS.

#### 4.4.4 O impacto da participação dos idosos na renda domiciliar na Mesorregião Nordeste Rio-Grandense

Na tabela 12, observamos uma correlação positiva e de magnitude pouco expressiva entre a variável dependente, a renda média domiciliar *per capita* e a variável independente principal, taxa de participação dos idosos na PEA ( $r= 0,016$ ). Os coeficientes positivos indicam que o aumento da taxa de participação dos idosos na PEA contribui para o aumento da renda média domiciliar *per capita* na Mesorregião Nordeste Rio-Grandense.

Conforme observamos na tabela abaixo, as variáveis independentes de controle, PIB *per capita* ( $r= 0,301$ ) e taxa de urbanização ( $r= 0,292$ ) indicam uma correlação de magnitude expressiva e positiva, ou seja, o crescimento da renda média domiciliar acompanha o aumento das variáveis.

Tabela 12: Matriz de Correlação de Pearson entre as variáveis de estudo na Mesorregião Nordeste Rio-Grandense

	Taxa de urbanização	PIB <i>per capita</i> médio	Proporção das pessoas com 60 anos ou mais na PEA	IDHM-2000	GINI-2000	Renda domiciliar <i>per capita</i> média	Média dos anos de estudo das pessoas com 25 anos ou mais
<b>Taxa de urbanização</b>	1	0,159	-0,628*	0,330*	0,198	0,292*	0,819*
<b>PIB <i>per capita</i> médio</b>	0,159	1	-0,009	0,420*	0,299*	0,301*	0,346*
<b>Proporção das pessoas cm 60 anos ou mais na PEA</b>	-0,628*	-0,009	1	0,013	-0,229	0,016	-0,463*
<b>IDHM-2000</b>	0,330*	0,420*	0,013	1	-	0,761*	0,664*
<b>GINI-2000</b>	0,198	-0,299*	-0,229	-0,355*	1	0,039	-0,015
<b>Renda domiciliar <i>per capita</i> média</b>	0,292*	0,301*	0,016	0,761*	0,039	1	0,620*
<b>Média dos anos de estudos das pessoas com 25 anos ou mais</b>	0,819*	0,346*	-0,463*	0,664*	-0,015	0,620*	1

Fonte: tabela adaptada pela autora a partir dos resultados gerados pelo software SPSS.

Visualizamos, na tabela abaixo, que o coeficiente de correlação múltipla ou coeficiente de determinação ( $R^2$ ) nos indica que 58% da variação na renda média domiciliar per capita na mesorregião Nordeste Rio-Grandense é explicada pela proporção de idosos na PEA, PIB *per capita*, IDHM e pela taxa de urbanização. Observamos que o IDHM e a proporção das pessoas com 60 anos ou mais na PEA são as variáveis estatisticamente significativas. As demais variáveis, taxa de urbanização, PIB *per capita* médio apresentam um efeito semelhante quando tratadas individualmente, ou seja, têm um efeito positivo na renda média domiciliar per capita.

Tabela 13: Análise de regressão sobre a renda domiciliar *per capita* média na Mesorregião Nordeste Rio-Grandense

	Coeficientes não padronizados		Coeficientes padronizados		
	B	Erro padrão	Beta	t	Sig.
(Constante)	-1353.771	235.892		-5.739	0,000
Taxa de urbanização	0,395	0,600	0,090	0,658	0,514
PIB <i>per capita</i> médio	0,001	0,003	0,024	0,222	0,825
IDHM-2000	2070.708	322.435	0,741	6.422	0,000
Proporção das pessoas com 60 anos ou mais na PEA	2.998	1.147	0,062	2.612	0,002
<b>R<sup>2</sup> ajustado = 0,584</b>					

Fonte: tabela adaptada pela autora dos resultados gerados pelo software SPSS.

#### 4.4.5 O impacto da participação dos idosos na renda domiciliar na Mesorregião Noroeste Rio-Grandense

Na tabela 14, podemos observar que o coeficiente de correlação entre a renda média domiciliar e a taxa de participação dos idosos na PEA é de magnitude pouco expressiva e positiva ( $r= 0,175$ ). Isto indica que o crescimento da taxa de participação dos idosos na PEA contribui em parte para o aumento da renda média domiciliar per capit na Mesorregião Noroeste Rio-Grandense.

Observamos também, que as variáveis independentes de controle, PIB *per capita* e taxa de urbanização, apresentam comportamento semelhante, onde os coeficientes de correlação são positivos e indicam uma magnitude mais expressiva. Já a variável média dos anos de estudo da população com 25 anos ou mais percebemos uma alta correlação com as demais variáveis tratadas como independentes, por isso, conforme já foi mencionada, aquela variável não será incluída nos modelos de regressão.

Tabela 14: Matriz de Correlação de Pearson entre as variáveis de estudo na Mesorregião Noroeste Rio-Grandense

	Taxa de urbanização	PIB <i>per capita</i> médio	Proporção das pessoas com 60 anos ou mais na PEA	IDHM-2000	GINI-2000	Renda domiciliar <i>per capita</i> média	Média dos anos de estudo das pessoas com 25 anos ou mais
<b>Taxa de urbanização</b>	1	0,161*	-0,416*	0,469*	0,354*	0,480*	0,758*
<b>PIB <i>per capita</i> médio</b>	0,161*	1	-0,014	0,520*	-0,201*	0,301*	0,353*
<b>Proporção das pessoas cm 60 anos ou mais na PEA</b>	-0,416*	-0,014	1	0,003	-0,305*	0,175*	-0,209*
<b>IDHM-2000</b>	0,469*	0,520*	0,003	1	-0,237*	0,580*	0,776*
<b>GINI-2000</b>	0,354*	-	-0,305*	-	1	0,118	-0,017
<b>Renda domiciliar <i>per capita</i> média</b>	0,480*	0,201*	0,175*	0,237*	0,118	1	0,621*
<b>Média dos anos de estudos das pessoas com 25 anos ou mais</b>	0,758*	0,353*	-0,209*	0,776*	-0,017	0,621*	1

Fonte: tabela adaptada pela autora a partir dos resultados gerados pelo software SPSS.

Analisando a tabela abaixo, observamos que o coeficiente de correlação ajustado ( $R^2$ ) nos indica que 39% da variação na renda média domiciliar per capita é explicada pela proporção das pessoas com 60 anos ou mais na PEA na mesorregião Noroeste Rio-Grandense junto com as demais variáveis independentes. Observamos também que o IDHM junto com a taxa de urbanização aparecem como as variáveis estatisticamente significativas. As demais variáveis independentes apresentam valores positivos determinando um efeito positivo sobre a renda média domiciliar *per capita*.

Tabela 15: Análise de regressão sobre a renda domiciliar média *per capita* na Mesorregião Noroeste Rio-Grandense

	Coeficientes não padronizados		Coeficientes padronizados		
	B	Erro padrão	Beta	t	Sig.
(Constante)	-583.920	115.156		-5.071	0,000
Taxa de urbanização	0,878	0,281	0,225	3.124	0,002
PIB <i>per capita</i> médio	0,001	0,003	0,023	0,347	0,729
IDHM-2000	1038.712	169.022	0,463	6.145	0,000
Proporção das pessoas com 60 anos ou mais na PEA	3.031	2.311	0,083	-1.312	0,191
<b>R<sup>2</sup> ajustado = 0,398</b>					

Fonte: tabela adaptada pela autora dos resultados gerados pelo software SPSS.

#### 4.4.6 O impacto da participação dos idosos na renda domiciliar na Mesorregião Sudeste Rio-Grandense

Observando a tabela 16, podemos identificar uma correlação de magnitude pouco expressiva e positiva entre as variáveis, renda média domiciliar *per capita* e a taxa de participação dos idosos na PEA ( $r= 0,242$ ). Podemos dizer que quanto maior a taxa de participação dos idosos na PEA, maior é a renda média domiciliar na Mesorregião Sudeste Rio-Grandense.

A tabela 16 mostra uma correlação de magnitude expressiva e positiva entre a renda média domiciliar *per capita* e as variáveis independentes de controle, PIB *per capita* ( $r= 0,432$ ) e taxa de urbanização ( $r= 0,513$ ). A variável média dos anos de estudo das pessoas com 25 anos ou mais apresenta alta correlação com as demais, por isso não será utilizada nos modelos de regressão, semelhante às demais.

Tabela 16: Matriz de Correlação de Pearson entre as variáveis de estudo na Mesorregião Sudeste Rio-Grandense

	Taxa de urbanização	PIB <i>per capita</i> médio	Proporção das pessoas com 60 anos ou mais na PEA	IDHM-2000	GINI-2000	Renda domiciliar <i>per capita</i> média	Média dos anos de estudo das pessoas com 25 anos ou mais
<b>Taxa de urbanização</b>	1	0,251	-0,519*	0,391	0,357	0,513*	0,618*
<b>PIB <i>per capita</i> médio</b>	0,251	1	-0,430*	0,680*	0,252	0,432*	0,518*
<b>Proporção das pessoas cm 60 anos ou mais na PEA</b>	-0,519*	-0,430*	1	-0,398	-0,078	0,242	-0,503*
<b>IDHM-2000</b>	0,391	0,608*	-0,398	1	0,356	0,689*	0,888*
<b>GINI-2000</b>	0,357	0,252	-0,078	0,356	1	0,590*	0,379
<b>Renda domiciliar <i>per capita</i> média</b>	0,513*	0,432*	0,242	0,689*	0,590*	1	0,819*
<b>Média dos anos de estudos das pessoas com 25 anos ou mais</b>	0,618*	0,518*	-0,503*	0,888*	0,379	0,819*	1

Fonte: tabela adaptada pela autora a partir dos resultados gerados pelo software SPSS

Na análise de regressão da mesorregião Sudeste Rio-Grandense, como podemos observar na tabela 17, o coeficiente de correlação múltipla ou coeficiente de determinação ajustado ( $R^2$ ) indica que 57% da variação da renda média domiciliar *per capita* é explicada pela proporção de idosos na PEA, pelo PIB *per capita*, IDHM e pela taxa de urbanização. Semelhante às demais análises de regressão das Mesorregiões do RS, o IDHM aparece como a variável estatisticamente significativa. A taxa de urbanização e a proporção de idosos na PEA, conforme podemos visualizar, na tabela acima, têm um efeito positivo na renda média domiciliar *per capita*.

Tabela 17: Análise de regressão sobre a renda média domiciliar *per capita* na Mesorregião Sudeste Rio-Grandense

	Coeficientes não padronizados		Coeficientes padronizados		
	B	Erro padrão	Beta	t	Sig.
(Constante)	-958.718	363.798		-2.635	0,017
Taxa de urbanização	1.168	0,571	0,380	2.045	0,056
PIB <i>per capita</i> médio	0,003	0,007	0,079	0,393	0,699
IDHM-2000	1415.559	497.990	0,579	2.843	0,011
Proporção das pessoas com 60 anos ou mais na PEA	8.716	7.653	0,220	1.139	0,270
<b>R2 ajustado = 0,575</b>					

Fonte: tabela adaptada pela autora dos resultados gerados pelo software SPSS.

#### 4.4.7 O impacto da participação dos idosos na renda domiciliar na Mesorregião Sudoeste Rio-Grandense

Na tabela 18, observamos uma correlação de magnitude pouco expressiva e negativa entre as variáveis, renda média domiciliar *per capita* e a taxa de participação dos idosos na PEA ( $r = -0,137$ ). Isto quer dizer que o aumento da taxa de participação dos idosos na PEA acompanha o decréscimo da renda média domiciliar *per capita* na Mesorregião Sudoeste Rio-Grandense.

Observamos, na tabela 18, que a correlação entre a variável dependente, renda média domiciliar *per capita* e a variável independente de controle PIB *per capita* é de magnitude mediana e negativa ( $r = -0,338$ ). Entre as demais variáveis independentes de controle, observamos uma correlação de baixa magnitude e positiva.

Tabela 18: Matriz de Correlação de Pearson entre as variáveis de estudo na Mesorregião Sudoeste Rio-Grandense

	Taxa de urbanização	PIB <i>per capita</i> médio	Proporção das pessoas com 60 anos ou mais na PEA	IDHM-2000	GINI-2000	Renda domiciliar <i>per capita</i> média	Média dos anos de estudo das pessoas com 25 anos ou mais
<b>Taxa de urbanização</b>	1	-0,514*	-0,427	0,573*	0,277	0,169	0,810*
<b>PIB <i>per capita</i> médio</b>	-0,514*	1	-0,188	-0,181	-0,261	-0,338	-0,481*
<b>Proporção das pessoas com 60 anos ou mais na PEA</b>	-0,427	-0,188	1	-0,333	-0,102	-0,137	-0,472*
<b>IDHM-2000</b>	0,573*	-0,181	-0,333	1	-0,122	0,211	0,663*
<b>GINI-2000</b>	0,277	-0,261	-0,102	-0,22	1	0,124	0,241
<b>Renda domiciliar <i>per capita</i> média</b>	0,169	-0,338	-0,137	0,211	0,124	1	0,385
<b>Média dos anos de estudos das pessoas com 25 anos ou mais</b>	0,810*	-0,481*	-0,472*	0,663*	0,241	0,385	1

Fonte: tabela adaptada pela autora a partir de resultados gerados pelo software SPSS

Na mesorregião Sudoeste Rio-Grandense, como podemos observar na tabela 19, a análise de regressão mostra que o coeficiente de correlação múltipla ajustado ( $R^2$ ) indica que somente 21% da variação na renda média domiciliar *per capita* é explicada pela proporção das pessoas com 60 anos ou mais na PEA, pelo PIB per capita, IDHM e pela taxa de urbanização, diferenciando-se das demais Mesorregiões do RS.

Tabela 19: Análise de regressão sobre a renda média domiciliar *per capita* na Mesorregião Sudoeste Rio-Grandense

	Coeficientes não padronizados		Coeficientes padronizados		
	B	Erro padrão	Beta	t	Sig.
<b>(Constante)</b>	-308.264	2228.350		-.138	0,892
<b>Taxa de urbanização</b>	3.919	4.127	0,391	0,950	0,360
<b>PIB <i>per capita</i> médio</b>	0,041	0,025	0,562	1.659	0,121
<b>IDHM-2000</b>	2105.414	2886.545	0,222	0,729	0,479
<b>Proporção das pessoas com 60 anos ou mais na PEA</b>	71.322	67.717	0,336	1.053	0,311
<b>R<sup>2</sup> ajustado = 0,217</b>					

Fonte: tabela adaptada pela autora dos resultados gerados pelo software SPSS.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma característica comum entre os países desenvolvidos e países em desenvolvimento, neste século, é o envelhecimento populacional. O aumento da expectativa de vida é um fato consumado e deve marcar a história da humanidade no século XXI e todos precisam estar preparados para essa nova realidade.

No caso brasileiro, segundo o Censo do IBGE de 2000, a população de pessoas com 60 anos ou mais de idade, era de 14.536.029 pessoas, contra 10.722.705 em 1991. O peso relativo da população idosa no início da década representava 7,3%, enquanto em 2000, essa proporção atingia 8,6%. As projeções do IBGE apontam para um universo de 64 milhões de sexagenários no Brasil em 2050, ou 24,66% da população. Em 2005, 9% da população tinha mais de 60 anos de idade, ou seja, 16,3 milhões.

Segundo Jardim (2004), o RS apresenta um dos maiores níveis de expectativa de vida ao nascer. Cada vez maior o contingente populacional se apresenta e a população com 60 anos ou mais, passou de um crescimento de 3,39% para 10,46%, num mesmo período no RS. Em termos absolutos, nos últimos 20 anos, o número de idosos dobrou. Em 2020 aproximadamente 2 milhões de pessoas no RS, deverá ter mais de 60 anos.

Este estudo produziu algumas informações sobre a atividade econômica dos idosos no RS e foi dividido para análise de dados nas 7 mesorregiões do RS. Este estudo se baseou nas informações dos sites oficiais do IBGE e o objetivo foi verificar o impacto da participação dos idosos na PEA sobre a composição das rendas domiciliares no RS.

Assim, ao analisarmos os dados, verificamos que o RS, apesar de ser o Estado do Brasil que apresenta a maior expectativa de vida ao nascer, possui diferenças consideráveis entre suas regiões, como é o caso da mesorregião 6, composta por 23 municípios, denominada Sudeste Rio-Grandense, a qual apresenta a menor expectativa de vida ao nascer, a maior proporção de idosos na PEA (26%) e o PIB per capita menor do Estado (R\$ 5.665,88). Nessa mesorregião, podemos constatar, através das análises, que parte da renda média domiciliar per capita é explicada pela participação dos idosos na PEA e pelas demais variáveis, o que nos induz a pensar que, segundo indicadores econômicos, esta região, juntamente com a mesorregiões 1, Centro Ocidental e mesorregião 7, Sudoeste Rio-Grandense, apresenta-se como uma das regiões menos desenvolvidas do Estado, onde os idosos necessitam trabalhar a fim de garantir, junto com os recursos provenientes da aposentadoria, o sustento de suas famílias. Podemos inferir que, naquelas regiões, os jovens migram para os grandes centros em busca de trabalho e de qualificação e na falta desta mão-de-obra as pessoas com 60 anos ou mais acabam ficando e tendo de trabalhar.

Outra significativa constatação ocorreu na mesorregião 4, denominada Nordeste Rio-Grandense, onde verificamos maior expectativa de vida ao nascer, assim como maior PIB per capita do Estado, maior renda média domiciliar per capita e uma menor participação de idosos na PEA. De acordo com indicadores podemos observar que esta mesorregião classifica-se como uma das regiões mais desenvolvidas do Estado. Nessa mesorregião, através das análises, podemos constatar que parte da renda média domiciliar per capita é explicada pela participação dos idosos na PEA e pelas demais variáveis de controle.

A mesorregião Metropolitana de Porto Alegre apresentou, em 2000, o segundo maior PIB per capita e a segunda maior renda média domiciliar per capita e, contrariando a nossa hipótese principal, uma menor participação de idosos na população total e na população economicamente ativa. Nesta região, encontramos

os Grandes Distritos Industriais que absorvem grande parte da população em idade ativa.

Este estudo nos sugere que, em regiões mais empobrecidas como a mesorregião 6, Sudeste Rio-Grandense, a mesorregião 7, Sudoeste Rio-Grandense e a mesorregião 1, Centro Ocidental Rio-Grandense, conforme podemos identificar, através dos indicadores econômicos, que os idosos permanecem trabalhando. Os jovens, por sua vez, migram para regiões mais desenvolvidas, como a mesorregião 3, Metropolitana de Porto Alegre e mesorregião 4, Nordeste Rio-Grandense em busca de melhores oportunidades.

Quanto às limitações deste estudo, destacamos que os dados utilizados não são atuais, por serem os únicos disponíveis no Censo do IBGE de 2000, ano do último censo, por isso não revelam a atual situação dos idosos nos domicílios. Outra limitação deste estudo diz respeito ao número reduzido de variáveis e a dificuldade em obtê-las. Seria interessante trabalhar com dados recentes para averiguar as transformações sociais e econômicas ocorridas diante do crescimento acelerado deste contingente populacional.

Quanto às contribuições, destacamos que os resultados deste estudo, pela sua dimensão regionalizada, poderão auxiliar no planejamento de ações que visem o desenvolvimento das regiões e acompanhem as novas tendências demográficas, levando em consideração as especificidades regionais encontradas. Destacamos as mesorregiões 1, 6 e 7, onde as taxas de participação das pessoas com 60 anos ou mais na PEA são elevadas e as demais variáveis explicam parcialmente a composição das rendas familiares, porém apontam tendências.

Concluimos, através das análises de regressão, que a variável independente considerada principal neste estudo, a proporção das pessoas com 60 anos ou mais na população economicamente ativa explica parcialmente e em algumas regiões, a renda média domiciliar no Rio Grande do Sul.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMANAQUE IBGE. São Paulo: Ed. Abril, 2001.

ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL. Disponível em: <http://www.undp.org.br/HDR/Atlas.htm>. Acesso em: 11.jan.2007.

BEAVOUIR, S. *A velhice*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira 1990.

BECKER, D. F., BANDEIRA, P. S. (Org.). *Determinantes e Desafios contemporâneos*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2000.

BENKO, G. *A Ciência Regional*. Oeiras: Celta, 1999.

BERNARDES, N. *Bases geográficas para o povoamento do Rio Grande do Sul*. Ijuí: UNIJUÍ, 1997.

BOFF, L. *Saber cuidar: ética do humano – compaixão pela terra*. Petrópolis: Vozes, 1999.

BOISIER, S. *Modernidad y territorio*. Cuadernos del Ilpes. Santiago do Chile, 2006.

BRÊTAS, A. C. P. Envelhecimento e Trabalho. In: *Trabalho, Saúde e Gênero na Era da Globalização*. Goiânia: Editora Cultura e Qualidade, 1997.

BRETERNITZ, V. J. *Planejamento Estratégico e os Impactos Sociais e Econômicos das Atuais Tendências Demográficas*. Parte II. EconomiaNet. São Paulo, 2003. Disponível em: <<http://www.economiabr.net/colunas/breternitz/planejamento2.html>>. Acesso em: 11.jan.2007.

CAMARANO, Ana Amélia. (Org.) *Muito Além dos 60: os novos idosos brasileiros*. Rio de Janeiro: IPEA, 1999.

\_\_\_\_\_. *Envelhecimento da População Brasileira: Uma contribuição Demográfica*. IPEA, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Texto para discussão nº 858. Rio de Janeiro, 2002.

\_\_\_\_\_. *O Idoso Brasileiro no Mercado de Trabalho*. In: Texto para discussão nº 830. IPEA.

CARVALHO FILHO, E. T. *Geriatrics Fundamento Clínica e Terapêutica*. São Paulo: Atheneu, 2000.

CATTANI, Antonio David. *Trabalho e Tecnologia*. Dicionário. 3ªed. Petrópolis: Vozes, 1997.

CÔRREA, Roberto Lobato. *Região e Organização Espacial*. São Paulo: Ática, 1986.

CÔRREA, Silvio Marcus de Souza. *Mobilidade e desenvolvimento regional o caso da comunidade afro-brasileira de Sana Cruz do Sul. Redes*. Santa Cruz do Sul, n. 1, v.6, p.53-80, jan./abril 2001.

CÔRTE, B.; OLIVEIRA, B. de; MEDEIROS, S. Brasil: O que dizem os números sobre a pessoa idosa? In: *XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais*. ABEP, Caxambu. Minas Gerais: ABEP, 2006.

DEBERT G. *A reinvenção da Velhice: socialização e processos de reprivatização do envelhecimento*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1999.

FERREIRA, Frederico P. M. *Estrutura domiciliar e localização: um estudo dos domicílios com idosos em Belo Horizonte – 1991*. Dissertação de Mestrado. Belo Horizonte: Cedeplar/UFMG, 2001.

FÓRUM DA MESORREGIÃO GRANDE FRONTEIRA DO MERCOSUL. *Desenvolvimento Regional*. Um novo paradigma em construção: Erechim: Edifapes, 2004.

FROYEN, Richard T. *Macroeconomia*. São Paulo: Saraiva, 1999.

FURTADO, Celso. *Introdução ao Desenvolvimento. Enfoque Histórico-Estrutural*. Rio de Janeiro: Paz e Terra S/A, 2000.

GIATINI, Luana; BARRETO, Sandhim. *Saúde, Trabalho e Envelhecimento no Brasil*. Cad. Saúde Pública, Jun.2003, Vol. 19, n 3, p. 759-771. ISSN 0102-311X.

HADDAD, Eneida Gonçalves de Macedo. *A ideologia da velhice*. São Paulo: Cortez, 1986.

HELPER, Inácio; AGNES, Clarice. *Normas para apresentação de trabalhos acadêmicos*. 8. ed. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2006.

HOFFMAN, R. *Distribuição de Renda, medidas de desigualdade e pobreza*. São Paulo: Edusp, 1998.

IBGE. *Censo demográfico*. Disponível em <<http://www.ibge.br>>. Acesso em 12 de junho de 2005.

\_\_\_\_\_. *Perfil dos idosos responsáveis pelos domicílios no Brasil em 2000*. Rio de Janeiro, 2002.

JANUZZI, Paulo de Martino. *Indicadores Sociais no Brasil. Conceitos, fonte de dados e aplicações*. São Paulo: Alínea Editora, 2<sup>a</sup> ed, 2003.

JARDIM, M. de L. T. *Evolução da população do Rio Grande do Sul*. FEE, 2004. Disponível em: <<http://www.fee.tche.br/sitefee>>. Acesso em 11 de janeiro de 2007.

KLARMANN, Herbert. *Região e Identidade Regional: um estudo da espacialidade e representatividade regional no Vale do Rio Pardo*. 1999. Dissertação (Programa de

Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional – Mestrado e Doutorado), Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, 1999.

KRELING, N. E. *Os idosos e as novas evidências nas relações com a família e o trabalho*. FEE, 2004. Disponível em: <<http://www.fee.tche.br/sitefee>>. Acesso em 11 de janeiro de 2007.

LENCIONE, Sandra. *Região e Geografia*. São Paulo: EDUSP, 1999.

LESSA, I. *O adulto brasileiro e as doenças da modernidade*. Rio de Janeiro: Hucitec. Abrasco, 1998.

LIBERATO, V. C. *O Crescimento da atividade dos Aposentados*. UFMG/CEDEPLAR, 2002. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br> Acesso em: 11 de janeiro de 2007.

MARTINS, Gabriela. *O PIB per capita e o Desenvolvimento Econômico*. Centro de Pesquisas, Acesssoria e Consultorias Econômicas. Mato Grosso: CEPACE, 1999.

MARX, K. *Trabalho assalariado e capital*. São Paulo: Global, 1985.

MEDEIROS, M.; OSÓRIO, R. Mudanças na composição dos arranjos domiciliares no Brasil – 1978 a 1998. IPEA. *Texto para discussão* n° 886. Brasília, Brasil, 2000.

MOREIRA, M. de M. *Envelhecimento da população brasileira: aspectos gerais*. In: *O envelhecimento da população brasileira e o aumento da longevidade – Subsídios para políticas orientadas ao bem-estar do idoso*. Belo Horizonte: CEDEPLAR/UFMG e ABEP, 2000.

\_\_\_\_\_. *Envelhecimento da população brasileira: Desafios e Perspectivas*. 1998. Tese (Doutorado em Demografia- Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, Universidade Federal de Minas Gerais).

NERI, A. L., DEBERT, G., *Velhice e Sociedade*. São Paulo: Papirus Editora.

OLIVEIRA, Júlio César de. *Desenvolvimento humano, desigualdades de renda e pobreza nos conselhos regionais e municípios do RS entre 1990 e 1991*. Tese (Programa de Pós-Graduação em Economia), UFRGS, Porto Alegre, 2001.

PAIVA, C. A. *Como identificar e mobilizar o potencial do desenvolvimento endógeno de uma região?* Porto Alegre: FEE, 2004.

PAPALÉO NETTO, M. *Gerontologia*. São Paulo: Atheneu, 2000.

PASCHOAL, S. M. P. Epidemiologia do Envelhecimento. In: Netto, M. P. *Gerontologia*. São Paulo: Atheneu, 2002.

PEIXOTO, Clarice Ehlers. *Família e Envelhecimento*. Rio de Janeiro: FVG, 2004.

PEREIRA, Maurício Gomes. *Epidemiologia: Teoria e Prática*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2000.

PÉREZ, Elisenda Rentéria. *Saúde e Trabalho dos Idosos em São Paulo: um estudo através da SABE*. 2005. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Planejamento Regional – Mestrado e Doutorado) Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2005.

ROMERO, Dalila E. *Variações de Gênero na relação entre arranjo familiar e status de saúde dos idosos brasileiros*, 2002. Disponível em: <http://ipea.gov.br> Acesso em: 11.jan.2007.

SANTOS, M. F. S. *Identidade e aposentadoria*. São Paulo: EPU, 1990.

SANTOS, Milton. *Território, Globalização e Fragmentação*. 3. ed. São Paulo: Editora Hucitec, 1996.

SIEDENBERG, Dieter Rugard. *Dicionário do Desenvolvimento Regional*. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2006.

TÁVORA, Ronaldo J. P. *Estudo e Debate*. Vol 9, nº 1, p 149-170. Lajeado: [s.n.], 2002.

TREANTON, J.R. *O trabalhador e sua idade*. In: *Tratado de sociologia do trabalho*. São Paulo: Cultrix, v. 1, 1973.

UCHOA, E; FIRMO, J.O. A. e LIMA-COSTA, M.F. *Envelhecimento e saúde: Experiência e construção cultural*. In: *Antropologia, Saúde e Envelhecimento*. (MINAYO, M. C. e COIMBRO JR, C.E.A.) Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2003.

VERAS, Renato. *País jovem de cabelos brancos. A saúde do idoso no Brasil*. UFRJ: Relume Dumará, 1994.

\_\_\_\_\_. *Terceira Idade*. Alternativas para uma sociedade em transição. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1999.

WAJNMAN, Simone; OLIVEIRA, Ana Maria H.C.; OLIVEIRA, Elzira Lucia. A atividade econômica dos idosos no Brasil. In: CAMARANO, Ana Amélia (org.). *Muito além dos 60: os novos idosos brasileiros*. Rio de Janeiro: IPEA, 1999. p. 181-220.

WITTMANN, M., BECKER D. (Org.) *Desenvolvimento Regional: Abordagens Interdisciplinares*. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2003.

<<http://www.fee.tche.br/sitefee>>. Acesso em 13 de agosto de 2005.

<<http://www.org.br/doc/apresentacao2pps>>. Acesso em 13 de agosto de 2005.

<<http://www.tropicologia.org.br/conferencia2002>>.

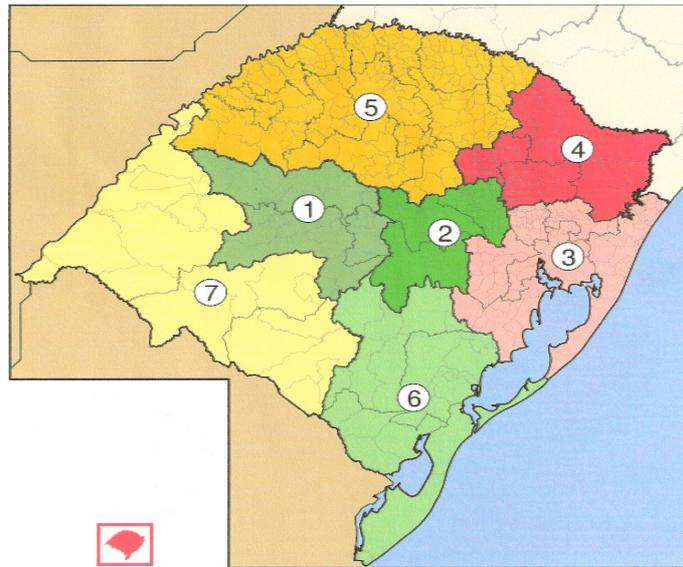
## ANEXO A – Municípios que compõem as mesorregiões – IBGE (2000)

<b>Mesorregião 1</b>  Centro Ocidental Rio-Grandense  30 municípios - 2000	Agudo Cacequi Dilermando de Aguiar Dona Francisca Faxinal do Soturno Formigueiro Itaara	Itacurubi Ivorá Jaguari Jarí Júlio de Castilhos Mata Nova Esperança do Sul	Nova Palma Pinhal Grande Quevedos Restinga Seca Santa Maria Santiago São João do Polêsine	São Marinho da Serra São Pedro do Sul São Sepé São Vicente do Sul Silveira Martins Toropi Tupanciretã Unistalda Vila Nova do Sul
<b>Mesorregião 2</b>  Centro Oriental Rio-Grandense  49 municípios - 2000	Arroio do Meio Arroio do Tigre Bom Retiro do Sul Boqueirão d Leão Cachoeira do Sul Candelária Capitão Cerro Branco Colinas Cruzeiro do Sul Dr. Ricardo Encantado	Estrela Estrela Velha Fazenda Vila Nova Gramado Xavier Herveiras Ibarama Imigrante Lajeado Marques de Souza Mato Leitão Muçum Nova Bréscia	Novo Cabrais Pântano Grande Paraíso do Sul Passa Sete Passo Sobrado Paverama Pouso Novo Progresso Relvado Rio Pardo Roca Sales	Santa Clara do Sul Santa Cruz do Sul Sério Segredo Sinimbu Sobradinho Tabaí Taquari Teutônia Travesseiro Vale do Sol Venâncio Aires Vera Cruz Vespasiano Corrêa
<b>Mesorregião 3</b>  Metropolitana de Porto Alegre  96 municípios – 2000	Alto Feliz Alvorada Arambaré Araricá Arroio dos Ratos Balneário Pinhal Barão Barão do Triunfo Barra do Ribeiro Bom Princípio Brochier Butiá Cachoeirinha Camaquã Campo Bom Canela Canoas Capão da Canoa Capela de Santana Capivari do Sul Caará Cerro Grande do Sul Charqueadas	Chuívisca Cidreira Dom Feliciano Dom Pedro de Alcantra Eldorado do Sul Estância Velha Esteio Feliz General Câmara Glorinha Gramado Gravataí Guaíba Harmonia Igrejinha Imbé Ivoti Lindolfo Color Linha Nova Mampituba Maquine Maratá Mariana Pimentel	Minas do Leão Montenegro Morrinhos do Sul Morro Reuter Mostardas Nova Hartz Nova Petrópolis Nova Santa Rita Novo Hamburgo Osório Palmares do Sull Pareci Novo Parobé Picada Café Poço das Antas Portão Porto Alegre Presidente Lucena Riozinho Rolante Salvador do Sul Santa Maria do Herval	Santo Antônio da Patrulha São Jerônimo São José do Hortênsio São Leopoldo São Pedro da Serra São Sebastião do Caí São Vendelino Sapiranga Sapuçaia do Sul Sentinela do Sul Sertão Santana Tapes Taquara Terra de Areia Torres Tramandaí Três Cachoeiras Três Coroas Três Forquilhas Triunfo Tupandi Vale Verde Viamão Xangrilá

<b>Mesorregião 4</b>  Nordeste Rio-Grandense  50 municípios – 2000	André da Rocha Anta Gorda Antônio Prado Arvorezinha Bento Gonçalves Boa Vista do Sul Bom Jesus Cambará do Sul Campestre da Serra Carlos Barbosa Caxias do Sul Cotiporã Dois Lajeados	Esmeralda Fagundes Varela Farroupilha Flores da Cunha Garibaldi Guabiju Guaporé Ilópolis Ipê Itapuca Jaquirana Lagoa Vermelha Montauri	Monte Alegre dos Campos Monte Belo do Sul Muitos Capões Nova Alvorada Nova Araçá Nova Bassano Nova Pádua Nova Prata Nova Roma do Sul Parai Protásio Alves	Putinga Santa Teresa São Francisco de Paula São José dos Ausentes São Marcos São Valentim do Sul Serafina Corrêa União da Serra Veranópolis Vila Flores Vista Alegre do Prata
<b>Mesorregião 5</b>  Noroeste Rio-Grandense  201 municípios - 2000	Água Santa Ajuricaba Alecrim Alegria Alpestre Alto Alegre Ametista do Sul Aratiba Augusto Pestana Áurea Barão de Cotegipe Barra do Guarita Barra do Rio Azul Barra Funda Barracão Barros Cassal Benjamim Constante do Sul Boa Vista das Missões Campinas do Sul Campo Novo Campos Borges Cândido Godói Carazinho Carlos Gomes Casca Caseiros Catuípe Centenário Cerro Grande Cerro Largo Chapada Charrua Chiapeta Ciríaco Colorado Condor Constantina Coqueiros do Sul Coronel Barros Coronel Bicaco Coxilha Crissiumal	Cristal do Sul Cruz Alta David Canabarro Derrubadas Dezesseis de Novembro Dois Irmãos das Missões Dr. Maurício Cardoso Engenho Velho Entre Rios do Sul Entre-Ijuís Erebangó Erechim Ernestina Erval Grande Erval Seco Esperança do Sul Espumoso Estação Eugênio de Castro Faxinalzinho Floriano Peixoto Fontoura Xavier Fortaleza dos Valos Frederico Westefalen Gaurama Gentil Getúlio Vargas Giruá Gramado dos Loureiros Guarani das Missões Horizontina Humaitá Ibiaçá Ibiraiaras Ibirapuitã Ibirubá Ijuí Independência Inhacorá Ipiranga do Sul Irai Itatiba do Sul Jaboticaba Jacutinga Jóia Lagoa dos Três Cantos Lagoão	Marau Marcelino Ramos Mariano Moro Mato Castelhano Maximiliano de Almeida Miraguaí Mormaço Muliterno Não-Me-Toque Nicolau Vergueiro Nonoai Nova Boa Vista Nova Candelária Nova Ramada Novo Barreiro Novo Machado Novo Tiradentes Paim Filho Palmeira das Missões Palmitinho Panambi Passo Fundo Pejuçara Pinhal Pinheirinho do Vale Pirapó Planalto Pontão Ponte Preta Porto Lucena Porto Mauá Porto Vera Cruz Porto Xavier Quinze de Novembro Redentora Rio dos Índios Rodeio Bonito Ronda Alta Rondinha Roque Gonzáles Sagrada Família Saldanha Marinho Salto do Jacuí Salvador das Missões Sandanuva Santa Bárbara do Sul Santo Ângelo Santa Rosa	Santo Antônio das Missões Santo Antônio dos Palmares Santo Antônio do Planalto Santo Augusto Santo Cristo Santo Expedito do Sul São Domingo do Sul São João da Urtiga São José das Missões São José do Herval São José do Inhacorá São José do Ouro São Luís Gonzaga São Martinho São Miguel das Missões São Nicolau São Paulo das Missões São Pedro do Butiá São Valentin São Valério do Sul Sarandi Seberi Sede Nova Selbach Senador Salgado Filho Sertão Sete de Setembro Severiano de Almeida Soledade Tapejara Taquaruçu do Sul Tenente Portela Tiradentes do Sul Três Arroios Três de Maio Três Palmeiras Três Passos Trindade do sul Tucunduva Tunas Tupanci do Sul Tuparendi Ubiretama Vanini

		Lajeado do Bugre Liberato Salzano Machadinho		Viadutos Vicente Dutra Victor Graeff Vila Lângaro Vista Alegre Vista Gaúcha Vitória das Missões
<b>Mesorregião 6</b>  Sudeste Rio- Grandense  23 municípios- 2000	Amaral Ferrador Arroio Grande Caçapava do Sul Candiota Canguçu Capão do Leão	Cerrito Chuí Cristal Encruzilhada do Sul Herval Jaguarão	Morro Redondo Pedro Osório Pelotas Pinheiro Machado Piratini Rio Grande	Santa Vitória do Palmar Santana da Boa Vista São José do Norte São Lourenço do Sul Turuçu
<b>Mesorregião 7</b>  Sudoeste Rio- Grandense  18 municípios- 2000	Alegrete Bagé Barra do Quaraí Dom Pedrito Garruchos Hulha Negra Itaqui	Lavras do Sul Maçambará Manoel Viana Rosário do Sul Santana do Livramento	São Borja São Francisco de Assis São Gabriel Uruguaiana Vila Maria	

ANEXO B – Mapa da Mesorregiões – IBGE



## ANEXO C – “OUTPUTS” do software SPSS

**Regressão Mesorregião 1****Model Summary**

Model	R	R Square	Adjusted R Square	Std. Error of the Estimate
1	.808(a)	.653	.581	56.68777

a Predictors: (Constant), prop\_pea prop\_pea60a, pib\_per, idhm2000, gini2000, txurb

**ANOVA(b)**

Model		Sum of Squares	df	Mean Square	F	Sig.
1	Regression	145312.228	5	29062.446	9.044	.000(a)
	Residual	77124.071	24	3213.503		
	Total	222436.299	29			

a Predictors: (Constant), prop\_pea prop\_pea60a, pib\_per, idhm2000, gini2000, txurb

b Dependent Variable: RendaDomiciliarpercapitamédiaDom.Particulares Renda Domiciliar per capita média (Dom. Particulares)

**Coefficients(a)**

Model		Unstandardized Coefficients		Standardized Coefficients		Sig.
		B	Std. Error	Beta	t	
1	(Constant)	-1920.433	383.277		-5.011	.000
	Txurb	-.032	.664	-.008	-.048	.962
	pib_per	-.008	.007	-.163	-1.240	.227
	gini2000	574.962	241.475	.299	2.381	.026
	idhm2000	2411.021	502.059	.729	4.802	.000
	prop_pea prop_pea60a	6.365	6.176	.144	1.031	.313

a Dependent Variable: RendaDomiciliarpercapitamédiaDom.Particulares Renda Domiciliar per capita média (Dom. Particulares)

## Regressão Mesorregião 2

### Model Summary

Model	R	R Square	Adjusted R Square	Std. Error of the Estimate
1	.740(a)	.548	.496	55.77988

a Predictors: (Constant), prop\_pea prop\_pea60a, pib\_per, gini2000, txurb, idhm2000

### ANOVA(b)

Model		Sum of Squares	df	Mean Square	F	Sig.
1	Regression	162321.225	5	32464.245	10.434	.000(a)
	Residual	133790.002	43	3111.395		
	Total	296111.226	48			

a Predictors: (Constant), prop\_pea prop\_pea60a, pib\_per, gini2000, txurb, idhm2000

b Dependent Variable: RendaDomiciliarpercapitamédiaDom.Particulares Renda Domiciliar per capita média (Dom. Particulares)

### Coefficients(a)

Model		Unstandardized Coefficients		Standardized Coefficients		t	Sig.
		B	Std. Error	Beta			
1	(Constant)	-879.167	337.109			-2.608	.012
	Txurb	.557	.466	.184		1.196	.238
	pib_per	.006	.003	.248		1.731	.091
	gini2000	512.492	179.351	.343		2.857	.007
	idhm2000	1055.542	420.851	.441		2.508	.016
	prop_pea prop_pea60a	2.884	2.751	.132		1.049	.300

a Dependent Variable: RendaDomiciliarpercapitamédiaDom.Particulares Renda Domiciliar per capita média (Dom. Particulares)

## Regressão Mesorregião 3

### Model Summary

Model	R	R Square	Adjusted R Square	Std. Error of the Estimate
1	.669(a)	.448	.417	67.77123

a Predictors: (Constant), prop\_pea prop\_pea60a, pib\_per, gini2000, idhm2000, txurb

### ANOVA(b)

Model		Sum of Squares	df	Mean Square	F	Sig.
1	Regression	335106.582	5	67021.316	14.592	.000(a)
	Residual	413364.524	90	4592.939		
	Total	748471.106	95			

a Predictors: (Constant), prop\_pea prop\_pea60a, pib\_per, gini2000, idhm2000, txurb

b Dependent Variable: RendaDomiciliarpercapitamédiaDom.Particulares Renda Domiciliar per capita média (Dom. Particulares)

### Coefficients(a)

Model		Unstandardized Coefficients		Standardized Coefficients		t	Sig.
		B	Std. Error	Beta			
1	(Constant)	-1191.479	218.199			-5.461	.000
	Txurb	.385	.376	.129		1.022	.309
	pib_per	.000	.001	-.018		-.230	.819
	gini2000	516.646	120.389	.350		4.291	.000
	idhm2000	1527.886	261.596	.540		5.841	.000
	prop_pea prop_pea60a	3.623	1.110	.023		3.261	.002

a Dependent Variable: RendaDomiciliarpercapitamédiaDom.Particulares Renda Domiciliar per capita média (Dom. Particulares)

## Regressão Mesorregião 4

### Model Summary

Model	R	R Square	Adjusted R Square	Std. Error of the Estimate
1	.837(a)	.700	.666	60.86962

a Predictors: (Constant), prop\_pea prop\_pea60a, pib\_per, gini2000, idhm2000, txurb

### ANOVA(b)

Model		Sum of Squares	df	Mean Square	F	Sig.
1	Regression	380968.546	5	76193.709	20.564	.000(a)
	Residual	163024.887	44	3705.111		
	Total	543993.433	49			

a Predictors: (Constant), prop\_pea prop\_pea60a, pib\_per, gini2000, idhm2000, txurb

b Dependent Variable: RendaDomiciliarpercapitamédiaDom.Particulares Renda Domiciliar per capita média (Dom. Particulares)

### Coefficients(a)

Model		Unstandardized Coefficients		Standardized Coefficients		t	Sig.
		B	Std. Error	Beta			
1	(Constant)	-2131.273	276.522			-7.707	.000
	Txurb	-.225	.537	-.051		-.419	.677
	pib_per	.002	.003	.053		.567	.573
	gini2000	887.625	214.949	.398		4.129	.000
	idhm2000	2507.034	296.299	.897		8.461	.000
	prop_pea prop_pea60a	2.028	3.560	.063		.570	.572

a Dependent Variable: RendaDomiciliarpercapitamédiaDom.Particulares Renda Domiciliar per capita média (Dom. Particulares)

## Regressão Mesorregião 5

### Model Summary

Model	R	R Square	Adjusted R Square	Std. Error of the Estimate
1	.650(a)	.423	.408	62.73674

a Predictors: (Constant), prop\_pea prop\_pea60a, idhm2000, gini2000, pib\_per, txurb

### ANOVA(b)

Model		Sum of Squares	df	Mean Square	F	Sig.
1	Regression	561964.577	5	112392.915	28.556	.000(a)
	Residual	767500.232	195	3935.899		
	Total	1329464.809	200			

a Predictors: (Constant), prop\_pea prop\_pea60a, idhm2000, gini2000, pib\_per, txurb

b Dependent Variable: RendaDomiciliarpercapitamédiaDom.Particulares Renda Domiciliar per capita média (Dom. Particulares)

### Coefficients(a)

Model		Unstandardized Coefficients		Standardized Coefficients		Sig.
		B	Std. Error	Beta	t	
1	(Constant)	-908.088	159.562		-5.691	.000
	Txurb	.463	.311	.118	1.487	.139
	pib_per	.001	.003	.032	.491	.624
	gini2000	332.564	115.498	.193	2.879	.004
	idhm2000	1241.948	180.350	.554	6.886	.000
	prop_pea prop_pea60a	3.506	1.276	.068	2.747	.005

a Dependent Variable: RendaDomiciliarpercapitamédiaDom.Particulares Renda Domiciliar per capita média (Dom. Particulares)

## Regressão Mesorregião 6

### Model Summary

Model	R	R Square	Adjusted R Square	Std. Error of the Estimate
1	.808(a)	.653	.551	47.23099

a Predictors: (Constant), prop\_pea prop\_pea60a, gini2000, pib\_per, txurb, idhm2000

### ANOVA(b)

Model		Sum of Squares	df	Mean Square	F	Sig.
1	Regression	71264.671	5	14252.934	6.389	.002(a)
	Residual	37923.025	17	2230.766		
	Total	109187.696	22			

a Predictors: (Constant), prop\_pea prop\_pea60a, gini2000, pib\_per, txurb, idhm2000

b Dependent Variable: RendaDomiciliarpercapitamédiaDom.Particulares Renda Domiciliar per capita média (Dom. Particulares)

### Coefficients(a)

Model		Unstandardized Coefficients		Standardized Coefficients		t	Sig.
		B	Std. Error	Beta			
1	(Constant)	-960.380	338.412			-2.838	.011
	Txurb	.810	.562	.264		1.441	.168
	pib_per	.001	.007	.039		.207	.839
	gini2000	347.151	178.038	.317		1.950	.068
	idhm2000	1229.611	472.952	.503		2.600	.019
	prop_pea prop_pea60a	5.418	7.317	.137		.740	.469

a Dependent Variable: RendaDomiciliarpercapitamédiaDom.Particulares Renda Domiciliar per capita média (Dom. Particulares)

## Regressão Mesorregião 7

### Model Summary

Model	R	R Square	Adjusted R Square	Std. Error of the Estimate
1	.473(a)	.224	-.099	240.46387

a Predictors: (Constant), prop\_pea prop\_pea60a, gini2000, pib\_per, idhm2000, txurb

### ANOVA(b)

Model		Sum of Squares	df	Mean Square	F	Sig.
1	Regression	200525.003	5	40105.001	.694	.638(a)
	Residual	693874.496	12	57822.875		
	Total	894399.498	17			

a Predictors: (Constant), prop\_pea prop\_pea60a, gini2000, pib\_per, idhm2000, txurb

b Dependent Variable: RendaDomiciliarpercapitamédiaDom.Particulares Renda Domiciliar per capita média (Dom. Particulares)

### Coefficients(a)

Model		Unstandardized Coefficients		Standardized Coefficients		Sig.
		B	Std. Error	Beta	t	
1	(Constant)	-934.759	2975.580		-.314	.759
	Txurb	-4.278	4.409	-.427	-.970	.351
	pib_per	-.040	.026	-.547	-1.547	.148
	gini2000	615.044	1842.975	.095	.334	.744
	idhm2000	2456.152	3169.865	.258	.775	.453
	prop_pea prop_pea60a	-69.328	70.411	-.327	-.985	.344

a Dependent Variable: RendaDomiciliarpercapitamédiaDom.Particulares Renda Domiciliar per capita média (Dom. Particulares)

